



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 091

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE OUTUBRO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Natálio Stica</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 083ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
20 DE OUTUBRO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (52). Achando-se em licença os Srs. Deputados Ângelo Vanhoni e Dr. Luciano Ducci. (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO Nº 027/2004

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Procurando criar mecanismos mais eficientes de controle para aumento da arrecadação e cooperação técnica através da troca de informações tributárias entre Estado e Municípios, e ainda, visando conter e coibir a aversão de receitas oriundas da falta de comunicação entre órgãos da administração pública, propomos a normatização de baixas cadastrais, sendo que, empresas que solicitem a baixa de sua Inscrição Estadual, apresentem obrigatoriamente a baixa de sua inscrição e alvará no Município, assim como acontece no momento de sua constituição, onde é obrigatório a apresentação do alvará de localização.

Proposta de inclusão do inciso XII no artigo 19 da Norma de Procedimento Fiscal nº 083/2003:

“XII - Certidão Negativa Municipal de baixa do alvará do domicílio da inscrição a ser excluída pelo Estado”.

2 - O Poder Executivo disciplinará as condições operacionais para a implementação do objeto da presente indicação.

Sala das Sessões, em 20.10.2004.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido vem ao encontro da grande expectativa que os Municípios possuem em baixar seus estoques de dívidas ativas, auxiliados pela fiscalização sistemática da Secretaria da Fazenda Estadual, pois existe uma grande quantidade de empresas que não deram baixa nos Municípios, porém, encontram-se encerradas contabilmente no cadastro do Estado, auferindo aos cofres públicos das cidades grandes prejuízos, além da responsabilidade ao administrador pela Lei de Responsabilidade Fiscal em função dos altos estoques e baixa liquidez da dívida ativa.

Para tanto, simplesmente poderia ser incluído entre as normas de procedimento fiscal para exclusão do cadastro do ICMS - Artigo 110 do Regulamento do ICMS/Norma de Procedimento Fiscal nº 083/2003 Seção VII/ da exclusão do CAD/ICMS - obrigatoriamente a certidão negativa de seu domicílio de inscrição.

Segue abaixo o Artigo 110 do Regulamento do ICMS e a Norma de Procedimento Fiscal nº 083/2003.

“Art. 110 - O contribuinte que cessar definitivamente suas atividades deverá requerer a sua exclusão do CAD/ICMS, no prazo de trinta dias, mediante a entrega dos documentos estabelecidos em norma de procedimento fiscal (artigo 33, parágrafo 5º, da Lei nº 11.580/96)”.

**Art. 19 da Norma de Procedimento Fiscal nº 083/2003
Seção VII**

Art. 19 - A exclusão de inscrição ativa do CAD/ICMS deve ser adquirida mediante a entrega, na Agência de Rendas do domicílio tributário do requerente, dos seguintes documentos.

I - DUC que será preenchido em duas vias, sem rasuras, e terão a seguinte destinação:

a) 1ª via - após o procedimento e microfilmagem será arquivada na Agência de rendas.

b) 2ª via - contribuinte.

II - Protocolo de Entrega de Documentos e Livros Fiscais - Anexo III, devidamente preenchido;

III - Livros Fiscais;

IV - Notas Fiscais utilizadas;

V - Notas Fiscais não utilizadas, devidamente relacionadas;

VI - Declaração Fisco - Contábil - DFC, do exercício;

VII - Guias de Informações das Operações e Prestações Interestaduais - GI/ICMS, do exercício;

VIII - Para os usuários de equipamentos Emissor de Cupom Fiscal, o pedido de cessação de uso de tais equipamentos, acompanhados dos respectivos cupons de leituras;

IX - Para o contribuinte obrigado à entrega dos arquivos magnéticos, a comprovação da regularidade;

X - Para o contribuinte, detentor de autorização para recolhimento do imposto no regime previsto no artigo 57 do RICMS/2001, os selos fiscais não utilizados;

XI - Para o contribuinte credenciado a intervir em ECF, os lacres a serem devolvidos ao fisco.

§ 1º - A empresa que possuir mais de um estabelecimento no Estado, por ocasião do pedido de exclusão do estabelecimento centralizador, deverá indicar qual será o novo centralizador.

§ 2º - A exclusão se dará a partir do mês subsequente ao da data do protocolo do pedido de exclusão, ou do mês subsequente ao da data do último movimento constatado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1667

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 289/2004, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Sabáudia, imóvel situado no localidade denominada Patrimônio Sabáudia, no Município de mesmo nome.

Sala das Sessões, em 20.10.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1668

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 373/2004, que altera incisos do artigo 28 da Lei Complementar nº 40/87 - Estatuto da Procuradoria Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 20.10.2004.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 1652

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 21 de outubro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária de quarta-feira.

Sala das Sessões, em 20.10.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1664

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o doutor Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos de Sessão de hoje, voto de repúdio ao jornalista Milton Neves, da TV Record, pela forma parcial, maliciosa e desonesta como conduziu o seu programa Terceiro Tempo no último domingo, com intuito único de prejudicar o Clube Atlético Paranaense na sua campanha pelo Bi-Campeonato Nacional e favorecer os clubes paulistas no certame brasileiro.

Requer outrossim, que o mesmo seja considerado *persona non grata* pela Assembléia Legislativa do Estado.

Sala das Sessões, em 20.10.2004.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1653

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento, no último dia 18, aos 101 anos, do Revmo. Sr. Pe. Carlos Probst.

Requer, também, envio de correspondência à Paróquia enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.10.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1658

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Bortolo João Zancam, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 20.10.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1659

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Zulmira Camargo Ribeiro, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 20.10.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1660

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Pertel, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 20.10.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1661

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edilson Chuchevisk, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos.

Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 20.10.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1665

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja registrado nos Anais desta egrégia

Casa de Leis, voto de profundo pesar à família do Sr. Deonísio Colferai, morador em Coronel Vivida, pelo seu falecimento ocorrido dia 15 de outubro, em Curitiba.

Requer ainda, que do presente, seja enviado cópia à família enlutada, pelo momento de grande tristeza na perda de seu progenitor, juntando às suas condolências como forma de solidariedade e pesar.

Sala das Sessões, em 20.10.2004.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

É com imensa tristeza que soubemos do falecimento do Sr. Deonísio Colferai, morador em Coronel Vivida, ocorrida no último dia 15 de outubro em Curitiba. Com 79 anos o Sr. Deonísio estava há alguns meses com saúde debilitada. Nasceu em 08.04.1925 em Serafina Correa - RS. Filho de Raphael e Ângela Colferai casou-se com Santina Reginato em 29.08.1945. Da união conjugal, Deus os presenteou com 12 filhos, Zulmira (in memoriam), Valdemira, Anselmo, Reneu, Valcir, Ademir, Sirlei, Luiz, Mari, Lindonês, Cleusa e Cleci.

Iniciou sua vida como agricultor, morou boa parte do tempo na Comunidade de Linha 13, Capela São Roque, onde foi presidente da capela por diversos anos.

O Sr. Deonísio, foi um homem muito religioso, de muita fé e confiança em Deus, valorizava muito os sacerdotes e irmãos, aos quais dedicou um carinho especial. Seu grande desejo era que seus filhos(as) pudessem estudar, por isso mesmo transferiu-se para Getúlio Vargas e posteriormente para Erechim.

Após alguns anos, mudou-se para o Paraná, estabelecendo-se na localidade de Palmeirinha, onde trabalhava com açougue.

De lá, algum tempo depois, após passar por muitas dificuldades financeiras, transferiu-se para o Município de Coronel Vivida, onde manteve sua morada por mais de 35 anos, trabalhando como carpinteiro e no ramo do comércio.

Sempre pronto a auxiliar as pessoas, colaborou por muito tempo com a Igreja, onde participou ativamente como ecônomo.

Em toda sua vida junto com a esposa, ensinou seus filhos a seguir a religião Católica, respeitar e querer bem as pessoas, e em família rezavam o terço todos os dias.

Valorizava muita a família. Para ele era a coisa mais importante do mundo. Dizia sempre: "Meus filhos amem vossa família, permaneçam sempre unidos, quero ver vocês sempre felizes com vossos filhos".

Sua maior alegria era ver todos seus filhos(as), noras, genros, netos e netas, reunidos na sua casa num ambiente de amor profundo a cada um dos netos e netas.

Com sua morte deixa além de seus filhos esposa, 5 genros e 6 noras e 10 netos e 15 netas.

Sem dúvida o Sr. Deonísio cumpriu integralmente sua missão na terra, e preparou com muita dignidade sua recompensa eterna.

O tempo e a distância jamais apagarão do coração de todos os que tiveram a felicidade de conhecê-lo a lem-

brança e o carinho de pai e esposo exemplar em sua família e comunidade, e nesta hora deixa a todos os familiares e amigos um sentimento de dor e saudades irreparável.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor dos familiares, externando votos de profundo pesar e de solidariedade, e rogando a Deus que lhes conceda o necessário conforto.

REQUERIMENTO Nº 1663

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos de Sessão de hoje, votos de congratulações à Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais.

A Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais foi estabelecida em novembro de 1956, pela Igreja Adventista do Sétimo Dia e realiza maravilhoso trabalho de assistência humanitária e bem-estar social.

Sala das Sessões, em 20.10.2004.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de homenagear a Igreja Adventista do Sétimo Dia pelo seu grande alcance social no seu serviço humanitário, realizado em várias regiões do mundo, de assistência aos menos favorecidos, com distribuição de alimentos, desenvolvimento institucional e, até, oferecendo auxílio aos atingidos por catástrofes.

A Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA) foi estabelecida em novembro de 1956 pela Igreja Adventista do Sétimo Dia, para prover assistência humanitária e bem-estar social, originalmente chamada Assistência Social Adventista (ou SAWS em inglês).

Em 1958, a SAWS relatou carregamentos de ajuda assistencial para 22 países, num total avaliado em cerca de US\$ 485.000. Quatro anos mais tarde, o número de países foi ampliado para 29 países, com um valor avaliado em US\$ 2,3 milhões em carregamentos para países da América do Sul e Oriente Médio.

Em 1984 a ASA (ou SAWS) foi submetida a uma reorganização e outro nome, para melhor refletir sua missão global e atividades, apropriadamente chamada Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA), com ênfase no desenvolvimento a longo prazo. O trabalho da ADRA cresceu rapidamente, enfatizando desenvolvimento comunitário, distribuição de alimentos, desenvolvimento institucional, e oferecendo assistência a catástrofes.

Tendo iniciado com um quadro de pessoal de 600 funcionários no mundo todo, hoje a ADRA é uma das

Organizações Não Governamentais de Assistência no Mundo.

Em 1997 foi concedido à agência o Status Consultativo Geral pela ONU, uma oportunidade única, concedendo à ADRA voz ativa na comunidade internacional.

Em 1998 ela assistiu sozinha 18 milhões de pessoas com cerca de US\$ 133 milhões em ajuda. Mais de 4.000 membros do staff atualmente trabalham em mais de 120 países no mundo. Como novos desafios e necessidades surgem, a ADRA continua esforçar-se para realizar sua missão de refletir o amor de Deus por meio de compassivos atos de serviço humanitário.

A Ministry Watch, uma organização independente e não lucrativa, que avalia entidades assistenciais e de desenvolvimento, premiou a ADRA Internacional com cinco estrelas, colocando-a entre as 13 mais importantes dentre as mais de 400 existentes na avaliação.

Em 1998 e em 2001, a Instituição Adventista Sul Brasileira de Educação e Assistência Social (ADRA), recebeu o Prêmio Bem Eficiente, organizado pela Kanitz & Associados, onde são escolhidas as 50 melhores instituições assistenciais do País.

REQUERIMENTO Nº 1654

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo louvor ao Sr. Roberto Fu Lourenço.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à comunidade paraense.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.10.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1655

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Comando Geral da Polícia Militar, solicitando informações sobre os motivos de transferência do soldado da Polícia Militar Tarcísio Ribeiro, de São Sebastião da Amoreira para Nova América da Colina.

O referido soldado atua em São Sebastião da Amoreira há 12 anos e não possui em seu histórico nada que o desabone, pelo contrário, é possuidor de vários méritos. Vale ressaltar que Tarcísio Ribeiro é filiado ao PDT e irmão de um Vereador em exercício, o qual foi candidato a Vice-Prefeito nestas últimas eleições, justificando assim, as evidências de que o soldado estaria sendo vítima de represálias políticas.

Sala das Sessões, em 20.10.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1666

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, solicita envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, Prof. Maurício Requião de Mello e Silva, pedindo que se digne determinar à sua Assessoria de Projetos Especiais, a inclusão do Colégio Estadual Roberto Langer Júnior - Ensino Fundamental e Médio, no seu plano orçamentário, para a aquisição de 30 computadores, para a montagem de um laboratório de informática.

Sala das Sessões, em 20.10.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Para manter a tradição e o alto nível de ensino que o Colégio Estadual Roberto Langer Júnior - Ensino Fundamental e Médio oferece aos nossos jovens e adolescentes, necessário se faz instrumentalizar os alunos com metodologia e tecnologia modernas, para que, ao término do curso, possam ser inseridos no mercado de trabalho com igualdade de oportunidade.

A escola não tem condições viáveis de adquirir os 30 (trinta) computadores para poder montar o laboratório de informática. Estudam neste colégio aproximadamente 1300 alunos no Ensino Fundamental e 450 alunos no Ensino Médio, residentes na periferia, oriundos de famílias carentes, na sua grande maioria moradores do Pantanal e na Vila Nova. Estes 1750 alunos, de nível de renda popular, muito bem orientados pela direção lúcida da professora Marilda A. Reis Santos e do valoroso e incansável corpo de professores estaduais, ansiosos pela implantação do projeto de informática na Escola Roberto Langer Júnior.

Seja este requerimento encaminhado ao Sr. Secretário de Estado da Educação, prof. Maurício Requião de Mello e Silva, Av. Água Verde, 2140 - Água Verde - CEP 80240-900.

REQUERIMENTO Nº 1662

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento na Rua Carlos Cavalcanti, Bairro Alto São Francisco, mais especificamente no local onde funcionava o "Teatro Novelas Curitibanas". O casarão que hoje encontra-se abandonado, está servindo de ponto de encontro para desocupados, os quais, além de promover muita algazarra, assaltam os moradores das proximidades e população em geral.

Pede-se urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 20.10.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 379/2004**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a OCAM - Ordem dos Cavaleiros do Arcanjo Mikael, com sede e foro na Cidade de Curitiba - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.10.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A OCAM - Ordem dos Cavaleiros do Arcanjo Mikael, fundada no dia 09 de janeiro de 2003, com sede à Rua Álvaro Alvin, nº 490, no bairro Seminário, na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade, o resgate do ser humano, através de técnicas próprias abrangendo energias físicas e sutis, desenvolvimento da mente, estudos teológicos, alquímicos e ciências herméticas, visando o alcance de suas aspirações e obtenção de autoconhecimento, em seu próprio benefício e de seus semelhantes. Presta ajuda a dependentes químicos através de grupos de auto-ajuda e acompanhamento espiritual, realiza visitas e doações aos orfanatos e casas de repouso para idosos, principalmente levando conforto espiritual às pessoas.

Como missão, desenvolve um trabalho a serviço da comunidade e famílias necessitadas, potencializando o conhecimento de seus membros, buscando ser o agente catalisador de processos de transformação social que gere soluções para o benefício da comunidade paranaense.

Face ao exposto e testemunhas que somos do importante trabalho e das atividades desenvolvidas pela OCAM - Ordem dos Cavaleiros do Arcanjo Mikael, bem como analisando toda a documentação da entidade que se encontra dentro do solicitado pela legislação que rege a matéria, coloca à apreciação do Plenário este projeto, solicitando apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 380/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro de Defesa e Apoio à Mulher - CEDAM, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.10.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres Srs. Parlamentares, tenho a honra de apresentar o Centro de Defesa e Apoio à Mulher - CEDAM, entidade sem fins lucrativos que muito vem contribuindo com o desenvolvimento do Município de Curitiba, ori-

entando e apoiando as mulheres vítimas de qualquer tipo de violência.

As principais ações do CEDAM são a defesa da mulher, bem como o reconhecimento a seu direito universal à educação, saúde e previdência.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 381/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a “Associação Carismática Católica”, com sede e foro no Município de Piraquara.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.10.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

É uma entidade de regime civil associativo cristão e religioso, agregando associados em vida comunitária para dar assistência social ao menor carente, distribuição de alimentos aos pobres na sede ou outro lugar conveniente, formação cultural na vida espiritual ecumênica e educativa e promover lideranças comunitárias para construção de casas aos pobres, reabilitação social dos ex-presidiários, de viciados, distribuição de alimentos e roupas aos pobres, assistência educativa profissional ao trabalhador desempregado.

Sendo assim, contamos com o apoio dos nobres Deputados pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu não poderia deixar de ocupar a tribuna neste momento, nesta tarde, exatamente no dia que esta Casa recebe dois Senadores da República, o Senador do Paraná e ex-Governador Álvaro Dias e recebemos também o Senador Arthur Virgílio, um dos homens públicos de grande destaque nacional, um líder do PSDB, uma pessoa que vem até o Paraná para prestar a sua solidariedade à candidatura do Beto Richa.

Evidentemente o Senador Arthur Virgílio acrescenta muito, vindo aqui ao Paraná. Traz a sua experiência, mostra a sua inteligência e diz, de bate-pronto, a importância que tem a eleição de Curitiba com Beto Richa, sobretudo para o equilíbrio do poder neste País.

Então, quero, nesta tribuna, dizer que o Paraná, e sobretudo a Assembléia Legislativa, se sente muito

orgulhosa com a presença dos ilustres Senadores Álvaro Dias e, sobretudo, do ilustre visitante Arthur Virgílio.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Nós queremos, cumprimentar a presença do Senador Arthur Virgílio, que está trazendo o seu apoio à candidatura do Beto Richa. Mas, quero comunicar a esta Casa que já tinha entregue a documentação das denúncias contra a Itaipu Binacional.

Aproveitei também a vinda do Senador Arthur Virgílio para contar, Deputado Dobrandino, o que aconteceu no Paraná no primeiro turno quanto às eleições, onde houve intervenção direta da Itaipu Binacional. Conteí o fato de Foz do Iguaçu e dos Municípios lindeiros, onde V. Exa. fez aqui uma denúncia gravíssima e que tem que ser levada ao Senado da República, que a Itaipu Binacional fez uso de recursos para pagar shows para candidatos do PT. E também entreguei a documentação onde está comprovado e registrado o uso de veículos locados pela Itaipu Binacional na campanha a Prefeito de Curitiba, do candidato Ângelo Vanhoni.

Estas denúncias que temos trazido aqui, que por casualidade esta questão do uso de veículos caiu em uma delegacia, porque as pessoas que estavam trabalhando na campanha do PT, na verdade se agrediram e um, com o carro da Itaipu Binacional, foi à delegacia fazer a queixa e o BO cita a placa do veículo usado pelo cidadão. Nós pedimos ao Senador que isto seja averiguado e investigado pelo Senado da República, porque se faz necessário. Não é possível o que está acontecendo agora na campanha, no segundo turno da política, em Curitiba. O uso da máquina pública, a vinda do Presidente da República fazer esta inauguração de uma obra que, primeiro, está interdita, segundo, não tem nenhum equipamento, Deputado Luiz Carlos Martins, que vai funcionar daqui a seis meses, e o Presidente da República, além disto, pernitoou na capital paranaense e diga-se de passagem, tomando vinho no Hotel Bourbon, de mil reais a garrafa!

Quer dizer, para quem está acostumado, como nós, a nem tomar vinho, ou tomar vinho de dez reais a garrafa, nos causa estranheza para quem representa os trabalhadores brasileiros.

E o que nos espanta é que o Presidente da República vem a Curitiba, e eu disse muito bem, recebido com pompas e com almoço, e eu disse que se nós paranaenses....

(**Passa a usar o Horário da Liderança do PSDB**)

... Eu disse no meu primeiro pronunciamento, um Presidente da República, com todo o respeito que merece, que vai a um Estado da Federação e inaugura uma obra que nem o jardineiro passou lá, Deputado Tureck, porque

as fotos mostram que até o capim está alto porque a obra está paralisada.

Mas eu quero aqui aproveitar....

O Sr. Luiz Carlos Martins

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

E o pior de tudo isto, Deputado, é que deixaram o Presidente da República numa situação vexatória, deixaram-no com a placa na mão!

O SR. VALDIR ROSSONI

É, na verdade, a placa não deu tempo de ser colocada, Deputado Luiz Carlos Martins. Foi colocada provisoriamente numa armação de madeira, já era tudo uma armação, até a placa foi uma armação, e ali se fez a inauguração!

Justificou-se naturalmente todo o aparato que o Presidente da República precisava para vir a Curitiba fazer campanha ao seu candidato a Prefeito e acha que isto vai passar em branco junto à população paranaense que nós não percebemos e que não iríamos denunciar isto? Fica claro! Acredito que o Presidente da República, se tivesse pego um avião particular, ter vindo a Curitiba, participando da campanha eleitoral eu não via nada de mais nisto, mas com o meu dinheiro? Com o meu dinheiro, não!

Para encerrar aqui o meu pronunciamento, quero cumprimentar o Deputado Jocelito Canto, que no último domingo estreou um programa de auditório, em Ponta Grossa. Assisti ao seu programa, porque ele tem capacidade para fazer um bom programa, o seu primeiro programa, algumas coisas davam certo, outras davam errado, ele inclusive explicava mas, de repente, o Jocelito chamou o intervalo, e neste intervalo vi os seus patrocinadores, e se não me falha a memória, a Itaipu Binacional patrocina o seu programa de auditório, se eu não estiver equivocado.

Quero cumprimentar o Deputado Jocelito Canto, porque admiro um apresentador da sua estirpe. Segundo, quero cumprimentá-lo por ter conseguido algo inusitado na história da Itaipu Binacional...

O Sr. Elio Rusch

Deputado Valdir Rossoni, esse programa é só para Ponta Grossa ou para o Paraná inteiro?

O SR. VALDIR ROSSONI

É um programa nacional da CNT, mas o Deputado Jocelito Canto merece de nós os cumprimentos, porque, na história da Itaipu Binacional, eu não lembro quando foi inaugurada a Itaipu, ah, há 30 anos, eu nunca vi alguém conseguir um programa de auditório com este patrocínio!

Quero cumprimentar o Deputado Jocelito Canto pelo seu prestígio e por ter chegado ao ponto de a Itaipu fazer propaganda para vender energia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Consulto V. Exa. se quer usar o horário de Liderança da Oposição?

O SR. VALDIR ROSSONI

Não, eu encerro Sr. Presidente; vou guardar para o segundo tempo.

Sr. Presidente, espero - como a Itaipu Binacional vende energia para as empresas de energia dos Estados, - que os Presidentes dessas Companhias estivessem também assistindo ao programa, como eu estava, porque é de uma valia enorme.

E quero desejar ao Deputado Jocelito Canto que apóia o candidato do PT em Ponta Grossa, que tenha sucesso nesse apoio, e quero dizer que continuo um grande admirador de V. Exa. Gostaria que V. Exa. nos mostrasse os caminhos e os canais como se chega ao Presidente da Itaipu Binacional, para que pudéssemos chegar ao patrocínio, não de um programa de televisão, mas talvez de um programa social, para que pudéssemos ajudar o povo carente, o povo do Estado do Paraná!

Deputado Welter V. Exa. ontem subiu naquela tribuna elogiando a atitude do Presidente em comprar um avião. É esse Partido que toma estas atitudes que estamos falando! Tenho certeza absoluta que envergonha muita gente, porque estão perdendo a vergonha, descaradamente! Deputado Dobrandino, cito V. Exa., descaradamente usam do dinheiro público para se servir e para ganhar eleições, em especial aqui no Paraná! Espero que a minha voz tenha ressonância no Senado da República através do Senador Osmar Dias, do Senador Álvaro Dias e através do nosso parceiro, Artur Virgílio!

Não é possível! V. Exas. estão entendendo o que eu estou falando.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Era simplesmente no sentido de que a denúncia do Deputado Valdir Rossoni seja esclarecida.

E aproveitando o momento em que aqui na Casa temos dois Senadores, o Artur Virgílio e o Álvaro Dias, para que eles requeiram, através do Senado, essas informações, se é que a Itaipu está efetivamente participando em campanha política e patrocinando programas de televisão no Paraná e no Brasil.

E levantar um histórico de como a Itaipu se comportou no passado e como se comporta hoje, sobretudo na despesa com publicidade, porque sabemos que também há outras fontes que a Itaipu está patrocinando.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de dar uma saudação especial ao Senador Álvaro Dias e ao Senador Artur Virgílio, e dizer que é uma honra tê-los aqui no Estado. E, diga-se de passagem, no passado veio aqui o Senador Suplicy e foi duramente criticado. Mas nós damos as boas-vindas a esses dois Senadores que vêm aqui fazer o seu trabalho político e visitar suas bases.

Ontem estive aqui na tribuna falando dos dados da situação econômica do País. E não são dados do Governo, quem falou do crescimento da indústria foi a CNI Confederação Nacional da Indústria. Queria, ontem em aparte, fazer esses esclarecimentos com relação ao crescimento da indústria no País com relação ao recorde de emprego formal, Deputado Dobrandino, com carteira assinada, nunca visto antes de 1992! Isso é um sinal que está havendo um acerto na política nacional! Cada viagem que o Presidente da República faz ao Exterior, tem aumentado nas exportações para aquele país. O Lula tem levado empresários que têm interesse nos negócios a nível internacional. Por isso esse saldo fantástico nas exportações. Claro que é fundamental a participação do setor privado neste País, mas o Governo tem estimulado muito.

Ontem foi votada uma medida provisória que repassa recursos do Governo Federal para os Estados e Municípios, para incentivar a exportação. Isso é uma visão de Estado, que está extrapolando as fronteiras do País, está tendo reconhecimento mundial.

Falei ontem da revista americana Fortune. Essa revista publica e fala que a visão do Programa Federal do Presidente Lula tem colocado destaque na capacidade de exportação na política de incentivo, no sentido de vendermos melhor as nossas questões.

Sou Deputado de apenas um ano e oito meses, mas vi cada coisa no passado, via pela imprensa, mandei preparar um dossiê, um documento das contradições que muitos fizeram aqui no passado e que agora se arvoram paladinos da moralidade. Esses fatos têm que ser levantados aqui, sim, porque muita coisa aconteceu no passado. Ontem mesmo acompanhamos um escândalo que foi denunciado aqui, no Museu Oscar Niemeyer, dinheiro da ordem de 40 milhões e não tem explicação clara ainda, da SANEPAR e coisas que têm a ver com os que hoje são os nossos Opositores aqui nesta Casa, Deputado Ademir Bier, Deputado Dobrandino do PMDB e outros Deputados que dão sustentação ao Governo do Estado. Têm outras denúncias que chegaram, de fatos que ocorrem com relação inclusive a Parlamentares desta Casa! Eu não quero cometer injustiça, mas se trouxerem esses fatos, temos que trazê-los à tona.

Então, nesse sentido, como Líder do PT, eu tenho convicção que o País está no rumo certo, que nós respeitamos a Oposição. A crítica que fazem à aquisição do avião da República, com certeza é um avião que vai ter utilidade para várias décadas, para outros Presidentes da República. O avião que tinha lá era um sucata. Todos sabem disso e eu não me envergonho. Eu sei que o País, com a dimensão continental que tem, - trazer demagogia,

falar que a aquisição do avião é uma coisa que não é necessária, eu atribuo isso de demagogia, sim, porque o país está crescendo, está se desenvolvendo, há uma política séria neste País e nós estamos fazendo o conserto social, as reformas estruturais.

Nós dependemos muito do Congresso Nacional, do Senado Federal; defendemos sempre a boa política a boa conversa, inclusive com a Oposição, para que aconteçam as reformas que o País realmente precisa. Não foi nesta semana mesmo que o Presidente Lula convocou e já determinou para que se faça um debate, não só com o setor da indústria mas com o comércio, para discutir-se gradativamente as soluções, inclusive sobre a questão da tributação fazer uma discussão ampla, cada vez maior, para melhorar a situação, não só do setor industrial, que foi desonerada a produção, mas também do setor do comércio que faz algumas críticas, mas é claro que isso não se resolve em um ano e dez meses! As coisas estão acontecendo! Fazer uma reforma da Previdência é muito difícil, não só no Brasil mas no mundo todo. Na reforma tributária muitas coisas foram feitas e estão para ser feitas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna na tarde de hoje para deixar clara a minha indignação ao tratamento dado pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná, para com a cidade de Londrina. Um tratamento de dois pesos e duas medidas. Eu vejo hoje nos jornais do Estado do Paraná, o Secretário Luiz Fernando Dellazari mais uma vez aparecendo nos holofotes da mídia, dando entrevista, dizendo que o Paraná inova na área de inteligência, porque está criando a primeira Central Informatizada de Dados para joalherias do Brasil inteiro.

Ora, nenhum desmerecimento aos proprietários de joalherias, mas nós que militamos na área como repórter policial há muito tempo, sabemos que são reduzidos os assaltos às joalherias, pequenas, grandes ou médias no Estado do Paraná. Será que não existem outras prioridades para a Secretaria da Segurança Pública encetar as suas ações?

A primeira Central de Inteligência na área de joalheria está sendo inaugurada, no Estado do Paraná sendo modelo para todo o Brasil.

Esse mesmo Secretário que falou do gel processamento que iria resolver os problemas da segurança, é o mesmo que desdenha o interior, mais precisamente o Norte do Estado do Paraná.

Nós conseguimos aprovar nesta Casa, a criação de uma Delegacia de Homicídios para a cidade de Londrina, que até agora não funcionou. Londrina é a quinta cidade mais violenta do Brasil, em termos de assassinatos, por

grupo de 100 mil habitantes. Ultrapassando, inclusive, Deputado Chico Noroeste, a sua cidade, Foz do Iguaçu. Londrina já tem quase 140 pessoas assassinadas, mas não tem uma Delegacia de Homicídios e vem o Secretário da segurança Pública dizer que o Paraná vai ter uma Central de Inteligência interligando os dados das joalherias do Paraná! Pasmem!

Em que mundo vive o Secretário da Segurança, esse mesmo que foi no Oeste do Estado do Paraná e identificou-se como Roberto Carlos? É o mesmo que trata com desdém as autoridades e que menospreza a cidade de Londrina e o interior do Estado!

Nós conseguimos aprovar também aqui nesta Casa de Leis a extensão da Academia Militar do Guatupê, para o interior do Paraná, a fim de evitar que os oficiais tenham que se dirigir a esta capital e permanecer um ano e meio fazendo os seus cursos para se graduarem dentro da corporação, mas, até agora, esta extensão não foi implantada! Inclusive isso fez com que a Capital tenha reforçado o seu policiamento. Nada contra a capital do Estado, mas no interior estamos desassistidos!

O Secretário esteve em Londrina e disse que iria criar uma Sub-Secretaria da Segurança Pública, uma extensão da Secretaria da Segurança Pública em nossa cidade, que haveria reuniões quinzenais. Infelizmente, isso não aconteceu.

Agora a gente vê que aqui em Curitiba, que tem até uma Delegacia Especializada, para combater furtos de caminhonetes, tem agora também uma Secretaria Especial para centralizar os dados dos furtos e assaltos!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a V. Exa. um minuto, ou Horário de Liderança do seu partido.

O SR. BARBOSA NETO

Gostaria de solicitar a Liderança do meu Partido, se V. Exa. me permite.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedido.

O SR. BARBOSA NETO

Quero voltar a esta questão que eu reputo ser é de extrema gravidade. Será que não existe algo mais preocupante, para que o Sr. Secretário da Segurança Pública tome as suas ações? Ocupa uma das pastas mais importantes, e ao mesmo tempo também perigosa, porque ele demonstra total incompetência com a questão da Segurança Pública do nosso Estado! Será que precisa de uma central para tomar conta dos dados dos assaltos às joalherias? Pode até precisar, mas existem muitos casos graves que merecem atenção: a falta de delegados, de policiais militares, de policiais civis! Agora além dessa Delegacia Especializada para combater furtos a caminhonetes, que

existe em Curitiba, nós vemos que foi criada essa central para joalherias.

Ora, Sras. e Srs. Deputados, é realmente muito desestimulante para nós, enquanto Deputados, que sabemos das boas intenções do Governador do Estado, mas vemos aí Secretários incompetentes que não têm condições de tomar conta de uma Secretaria tão importante como essa, que é da Segurança Pública do nosso Estado, tomar atitudes prosaicas como nós vimos agora há pouco!

Vamos recordar essa questão de dados. Nós estamos muito aquém na informatização que outros Estados brasileiros. Esse mesmo Secretário, em janeiro desse ano, pagou um mico nacional, quando do serial killer que foi preso lá no interior do Rio Grande do Sul. Ele que matou mais de dez pessoas, principalmente crianças este Secretário por incompetência, por falta de dados no seu Banco de Dados do Estado do Paraná, deixou escapar pelos vãos dos dedos esse serial killer e essas mortes poderiam ter sido evitadas! Agora, vem aí o Sr. Secretário, vai interligar os dados dos assaltos das joalherias do Estado do Paraná!

Meu Deus do céu! Com a palavra esse Sr. Secretário ou a Bancada de Sustentação ao Governo Roberto Requião nesta Casa ou mesmo o Líder do Governo, porque lamentavelmente não podemos compactuar com tamanha mediocridade, para não dizer incompetência! Aliás, esse mesmo Secretário, está aí nas páginas de revistas de circulação nacional admitindo que a criminalidade no Estado do Paraná aumentou! Mas quando dá entrevista nos veículos locais, ele diz que a criminalidade diminuiu. Essa inconseqüência também merece ser explicada pelo Sr. Secretário Luiz Fernando Delazari.

Mais um privilégio para uma casta que já goza de muitas condições para combater os seus assaltantes, porque tem guarda especial, porque tem câmeras, têm toda segurança especializada, essas joalherias. Enquanto isso a população que liga para 190, tem que ficar esperando, tem que ficar à mercê da própria sorte, como nós sabemos disso, em contato com a grande maioria da nossa população.

Portanto, ao longo desses quase dois anos de Governo, temos que constatar que o único projeto consistente e eficaz para combater a violência e a criminalidade que imperam no nosso Estado, foi o projeto do desarmamento de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que arvorou-se esse Secretário como se fosse o autor da idéia, inclusive, não dando a paternidade aqui para o nosso colega Deputado Estadual.

Era este o pronunciamento que eu gostaria de fazer na tarde de hoje. Não poderíamos ficar calados diante de extrema gravidade, quando nós vimos aí que a Secretaria não tem recursos para investir na contratação de mais policiais para compra de equipamentos, para compra de combustível para as viaturas. E a gente vê que o Secretário está criando uma Secretaria, um departamento especial para que os dados sejam centralizados e evitem mais assaltos para as joalherias.

Que isso também fosse criado sem dúvida nenhuma, mas não é prioridade e não é justo o povo do interior do Paraná pagar com tamanho descaso o que está infelizmente se patenteando em relação à Secretaria de Estado de Segurança Pública, principalmente conosco do Norte do Paraná, ou com aqueles que são do interior e não desta Capital!

Muito obrigado!

O SR. ELTON CARLOS WELTER (Pela Ordem)

Sr. Presidente, queria registrar nesse plenário a presença do Prefeito de São Pedro do Iguaçu, Sr. Francisco Dantas; Prefeito eleito, Sr. Jurandir, da cidade de São Pedro do Iguaçu e o Vereador da cidade de Toledo, Sr. Apolinário.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

As nossas boas-vindas aos nossos visitantes.

O SR. PEDRO IVO ILKIV (Pela Ordem)

Gostaria de registrar também a presença do Sr. Francisco Luiz, Prefeito de São Mateus e o Tiquinho, do Vice Hamilton Maier, que também está aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nossas boas-vindas também aos nossos visitantes.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)

Também para registrar a presença nesta Casa, acompanhando a Sessão de hoje, dos acadêmicos de Ciências Políticas da FACINTER, bem como do professor Márcio que os acompanha.

E também são colegas de sala desta Deputada.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

E também registrar a presença, acompanhando o Prefeito Tiquinho, o Vice, Anilton Maier de São Mateus do Sul; o Vice de Antonio Olinto, o companheiro Millel.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nossas boas-vindas aos visitantes.

Com a palavra o Deputado Elio Lino Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Deputado Elton Welter já registrou a presença do Prefeito Dantas, o Chiquinho, de São Pedro do Iguaçu, também do Prefeito eleito Jurandir Alves de Oliveira, e o Vice Jacir José Dalbosco também daquele Município, que prestigiam a Sessão de hoje, aqui na Assembléia Legislativa.

Dizer ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados que no último sábado a MOPE, que congrega os Municípios do Oeste do Paraná, realizou uma reunião na cidade de Santa Tereza, cidade próxima de Cascavel, com os Municípios de Medianeira, Matelândia, Céu Azul, Santa Tereza, Vera Cruz e Ramilândia, Municípios diretamente

atingidos com o corte feito nos investimentos na Rodovia das Cataratas, em consequência ao acordo que o Governo do Estado fez na redução no custo do pedágio em 30%, compreendendo o trecho entre Foz do Iguaçu até o Município de Guarapuava. Como uma boa parte dos Srs. Deputados sabem, a Rodovia das Cataratas tem o compromisso, aliás, pelo contrato original, de duplicar toda a rodovia de Cascavel até Foz do Iguaçu, não me recordo que ano, ano 2010, 2013, eu só sei que até 31 de dezembro de 2002 a duplicação, Deputada Elza deveria estar concluída de Foz do Iguaçu até Medianeira, que efetivamente aconteceu, como também aconteceu a duplicação de Cascavel até o trevo que liga a cidade de Capitão Leônidas Marques, Lindoeste, Santa Lúcia, que também foi concluído até 31 de dezembro de 2001, conforme previa o contrato firmado entre essa empresa e o Governo do Estado do Paraná.

Pois bem, aqui na Assembléia Legislativa nós já discutimos por inúmeras vezes desta tribuna a questão dos acordos que o Governo do Estado fez, primeiro com a Rodovia Caminhos do Paraná, e agora mais recentemente com a Rodovia Cataratas. Ela fez um acordo, reduziu os investimentos, reduziu os custos do pedágio, mas retirou todo o investimento, e a sociedade do Oeste do Paraná, Deputado Nelson Tureck, Deputado Valdir Rossoni, não aceita de forma alguma que sejam retirados os investimentos na duplicação da BR-277, e no sábado último passado, na cidade de Santa Tereza, as associações comerciais, representadas pela sua central, ou seja, CACIOPAR, presente a essa reunião, a ACAMOPE, através de seus Vereadores e a AMOPE através de seus Prefeitos também representado nesse Município. estavam presentes nessa reunião além desse Deputado, o Deputado Reni Pereira, o Deputado Chico Noroeste, os três Deputados Estaduais, e também do Deputado Federal Irineu Colombo do PT que esteve presente, e estava representado o Deputado Eduardo Seara, através do seu assessor Jorge Languer. Foram cinco Parlamentares que se representaram nessa reunião e foi decidido que se formaria uma comissão dos Prefeitos, dos Vereadores, das Associações Comerciais, enfim, de toda a sociedade lá do Oeste do Paraná, para que se discutisse com o Governo do Estado e buscasse uma solução plausível em relação aos cortes dos investimentos feitos com a redução dos custos do pedágio. O que percebemos nessa reunião foi o completo descontentamento de toda a sociedade do Paraná.

Já usamos esta tribuna e gostaríamos de relembrar que o Governador Roberto Requião dizia que o pedágio era um roubo. Se é um roubo, ele deveria reduzir o custo-pedágio sem retirar os investimentos. E o que se fez? Retiram os investimentos, que foi um grande presente que o Governo do Estado do Paraná deu às empresas que exploram as nossas rodovias.

Como Parlamentar, lamento profundamente que isso tenha acontecido, ou que aquelas afirmações tenham sido feitas pelo então Senador Roberto Requião, quando

era Oposição ao Governo do Estado. E, agora quando Governo, ele reduz o custo-pedágio mas retira todos os investimentos! Não existe mais duplicação; não tem mais contorno, não tem mais trevo, não existem mais terceiras pistas!

Agora, sim, não passa de uma operação tapa-buracos, pintura no asfalto e uma roçada. Agora, sim, acontece o que o Governador, na época Senador, dizia que as concessionárias estavam fazendo no Estado do Paraná.

Lamentamos profundamente e gostaria de dizer também que a sociedade do Oeste do Paraná está se mobilizando. Ela não pode ser penalizada, porque a Rodovia 277 entre Cascavel e Foz do Iguaçu já é conhecida como a Rodovia da Morte.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acompanhei atentamente o pronunciamento do Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo Jaime Lerner nesta Casa.

Deputado Valdir Rossoni, aprendemos na política que é preciso, muitas vezes, perdoar, como Jesus ensinou: “Perdoa os coitados que não sabem o que estão falando.”

Iniciaria neste momento pedindo aos nossos Pastores que são Deputados e o nosso Padre Paulo, que lhe concedessem o devido perdão pela tamanha baboseira que V. Exa. falou nesse microfone.

Claro que vou entender que hoje é um dia especial para V. Exa. É um dia que aqui estava o seu Líder, o Senador Álvaro Dias, e o seu Líder maior, o Senador Artur Vergílio. E V. Exa., com toda diplomacia, com todo cuidado, queria fazer um pronunciamento para que o Senador Artur Vergílio levasse daqui a maior impressão da sua postura nesta Casa, que aliás, é a postura de Artur Vergílio em Brasília: bater, bater e bater.

V. Exa. fez o mesmo aqui hoje, só que sem consistência. V. Exa. também emocionado pela campanha, estamos vivendo um momento político importante em algumas cidades do Paraná em que PT está de um lado e PSDB, vosso Partido, do outro lado, e aí começam a vir as denúncias.

Vinho de mil reais!

Gostaria que o senhor trouxesse um documento que provasse que o vinho que o Presidente tomou era de mil reais, porque eu acho que qualquer Parlamentar nesta Casa pode fazer qualquer tipo de pronunciamento, desde que seja verdadeiro. Ninguém pode subir a esta tribuna e dizer ou insinuar que o Presidente deste País vem a Curitiba e toma um vinho de mil reais, sem ter a devida nota, sem ter o devido documento.

O SR. ELIO RUSCH

Mil e cem reais!

O SR. JOCELITO CANTO

Eu gostaria, Sr. Presidente, que o senhor retirasse do meu pronunciamento essa intromissão inoportuna e desrespeitosa do Deputado Elio Rusch que, aliás, faz muitos anos que é Deputado e já deveria aprender que no Pequeno Expediente não há interrupções.

Gostaria, também, Sr. Presidente, que fosse retirado...

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está no Pequeno Expediente.

Se V. Exa., for ofendido terá direito...

O SR. ELIO RUSCH

Eu fui ofendido pelo Deputado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deixe o Deputado Jocelito concluir, por gentileza, o pronunciamento.

O SR. ELIO RUSCH

Eu deixo concluir, depois peço pela ordem.

O SR. JOCELITO CANTO

Fique à vontade, Sr. Presidente, se ele quiser falar, eu o ouço!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tem o Horário das Lideranças ainda, terá o Horário da Liderança do PTB, terá o Horário da Liderança do PFL e poderá ser debatido.

O SR. JOCELITO CANTO

Esse é o mal dos antigos políticos: eles nos ofendem e querem pensar que nós o ofendemos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, fala-se em vinho de mil e cem reais, mil reais. cadê a nota do vinho? Eu gostaria de ver a nota, o documento, a diária do Presidente!

Esses dias falaram aqui que a Itaipu pagou show. Cadê o documento que comprova que a Itaipu pagou show?

O Governador receber o Presidente na residência oficial, eu não acho nada mais do que justo. Cada um recebe quem quer na sua casa! Têm pessoas que recebem traficantes, bandidos, ladrões, o Governador recebeu o Presidente da República! Um direito justo de receber, afinal o Presidente veio para almoçar com o Governador!

Agora, o que me magoa é ouvir o Deputado Rossoni dizer que eu estou ganhando dinheiro da Itaipu! Deputado Rossoni, que injustiça V. Exa. cometeu! Que injustiça!

Eu lhe perdôo, espero que o Presidente da Itaipu faça o mesmo, porque o que V. Exa. falou aqui na intenção que os Senadores que estavam aqui ouviram...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo mais um minuto para concluir e poderá usar a Liderança do seu Partido.

O SR. JOCELITO CANTO

Vou usar o Horário do PTB, Sr. presidente, mesmo porque não tem líder do PTB aqui...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Deputado Elio Rusch poderá pedir aparte a V. Exa.!

O SR. JOCELITO CANTO

Sim, senhor.

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer ao Deputado Rossoni, que eu não recebi e não tenho nenhuma verba da Itaipu. O senhor pode ter certeza absoluta, pode pedir informações, aliás, ontem conversei com o Samek quando estávamos com o Lula em Curitiba, mas não tenho nenhum tipo de verba da Itaipu. Então, lhe perdôo quando o senhor disse que eu recebia dinheiro. O senhor pode ter certeza que não é verdade.

Agora, eu sei quem recebia dinheiro aqui no Paraná nos últimos oito anos e não era eu. Quem recebia dinheiro do povo eram alguns apadrinhados do nosso Governo. Era uma verdadeira farra publicitária que, enquanto pessoas morriam em Ponta Grossa, porque não tinha dinheiro para as UTI's que eu vinha brigar aqui com o Lerner, tinha farra para duas estações de rádio em Ponta Grossa que receberam quase um milhão de reais e que nem comporta na programação daquela rádio receber todo esse dinheiro. Isso sim, era farra política, era farra publicitária. E a hora que qualquer um dos senhores quiser, apresento os documentos dessa farra da publicidade e não as palavras caluniosas, inverídicas ditas aqui pelo Líder daquele Governo, que tirava o dinheiro das UTI's de Ponta Grossa e dava aos apadrinhados que tinham rádio no Estado do Paraná! Isso, sim, era uma farra. Uma farra que poucos gostam de falar, mas que muitos deveriam falar.

E, para finalizar, Sr. Presidente, apóio quem eu quiser! Se eu quiser apoiar o PT, eu apóio! Cabe a mim apoiar o Partido que quiser. Mas, digo com satisfação: desde que entrei na campanha lá em Ponta Grossa, o candidato Péricles Melo, meu adversário, já tinha perdido a eleição no primeiro turno. Mas eu pensei, conversei com meus amigos, andei no meio do povo e perguntei: apóio aqueles com quem sempre briguei, que foram meus adversários, que até perdi uma eleição, ou apóio as velhas raposas da política do Paraná e de Ponta Grossa, a elite que quer mandar em Ponta Grossa? O povo disse: fica com o povo!

Aí, eu suportei tudo, deixei de lado, fui humilde mais uma vez, tive que ouvir um monte de desaforos, de besteiras, mas ainda entendo que as forças populares devem ganhar em Ponta Grossa. E o candidato que perderia a eleição no 1º turno, já foi para o 2º, já está em 2 pontos. Empate técnico na pesquisa.

Na pesquisa espontânea tem empate, em outras pesquisas já está na frente e na expectativa de eleição, estamos na frente. E vamos ganhar a eleição.

Prefiro apoiar o PT, com todos os seus problemas, todas as suas dificuldades, com todas as burradas que fiz eram comigo, porque eu sou humilde. Eu não sou ninguém. Jesus Cristo que era um homem santo, crucificaram! Antes de morrer, levantou e disse: "Pai, perdoa que eles não sabem o que fazem".

Faço o mesmo. Não sou santo. Sou um pecador. Apóio quem eu quiser e se Deus quiser, lá em Ponta Grossa, vamos ganhar as eleições, porque acima de tudo está o povo mais humilde, mais simples.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Diria ao Deputado Rossoni: eu até lhe daria um aparte, mas acho que o senhor já falou tanta besteira!

O SR. VALDIR ROSSONI

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Questão de ordem. V. Exa. foi citado; terá o direito de usar a palavra.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, acredito que talvez eu não tenha falado o português. Talvez este Parlamentar tenha falado numa língua que ele não tenha compreendido corretamente.

Fui à tribuna, Deputado Hermas Brandão, cumprimentar o Deputado Jocelito, e nós não precisamos chamar Deus nessa história, não! E eu não preciso de perdão de ninguém, só de Deus!

Quero dizer que fui à tribuna prestar uma homenagem a um comunicador que começa um programa dominical, de auditório - estão terminando esses programas - e em Ponta Grossa é um fato inédito. E, o que eu não ouvi daquela tribuna, com Deus e tudo, não ouvi de lá a resposta do que os paranaenses querem saber.

Como é, Deputado Luiz Carlos Martins, que se consegue o patrocínio da Itaipu, porque V. Exa. também tem um belo programa de rádio aqui em Curitiba e merece também, com o trabalho que V. Exa. faz, também chegar a esse caminho.

Encerro, Sr. Presidente, com todo o respeito. Não fiz nenhum comentário, claro que o que falei cala fundo. Agora, com respeito e educação, de quem está de olho.

Os erros do Governo Jaime Lerner. Estive aqui muitas vezes, fiz a sua defesa e sou um admirador do Governador Jaime Lerner, amigo do Jaime Lerner, vou morrer Jaime Lerner, porque ele foi um grande Governador.

dor para este Estado. Mas, a grande questão aqui, mesmo sendo pastoral, não ouvi a resposta de dinheiro do povo brasileiro.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. não foi ofendido, nobre Deputado.

O SR. JOCELITO CANTO

Só quero dizer ao Deputado Rossoni que eu acho que quem não entende de línguas é ele. Eu falei bem claro que não recebi nada, Deputado Rossoni!

Volto a dizer e que as notas taquigráficas desta Casa registrem: não recebi nada da Itaipu.

Está satisfeito, Deputado Rossoni?

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, requiro a V. Exa. as notas taquigráficas tanto do discurso proferido na tribuna pelo Deputado Rossoni, quanto do Deputado Jocelito Canto, e também as manifestações que cercam esse assunto.

Evidentemente que o Deputado Jocelito diz que não recebeu dinheiro da Itaipu. Deputado Jocelito, a CNT teria recebido dinheiro da Itaipu?

Era isso, só para completar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre Deputado Neivo, foi lançado o programa no domingo...

O SR. JOCELITO CANTO

Presidente, estamos na democracia e eu posso responder.

O Deputado Neivo Beraldin, acostumado a presidir a Comissão de Fiscalização desta Casa, anda querendo fiscalizar tudo. Cuidado, porque daqui a pouco o senhor vai querer fiscalizar o senhor também, e daí vai ficar ruim.

Mas, eu queria dizer que também a CNT não recebeu nenhuma verba da Itaipu no meu programa.

Mais alguma pergunta, meu nobre Presidente?

Então, está registrado nas notas taquigráficas.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está deferido o pedido de fornecer as notas taquigráficas.

Nós deferimos qualquer pedido de qualquer Sr. Parlamentar para as notas taquigráficas da Casa.

O SR. RENI PEREIRA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, pedi um aparte, mas acho que o Deputado não queria ouvir e eu inclusive ia elogiar, porque eu me senti aliviado, como amigo pessoal que sou do Deputado Jocelito Canto, e gostaria de corrigir-lhe.

Senti-me aliviado em saber que não foi um motivo financeiro no perdão dele, mas gostaria de corrigir-lhe, porque Jesus Cristo perdoou quando apanhou e quem nós vimos apanhar do Deputado Jocelito Canto por dois anos não foi ele, foi o PT, principalmente em Ponta Grossa!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encerrado o Pequeno Expediente.

O Grande Expediente do dia de hoje está reservado ao Sr. Ricardo José Marques Medeiros, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraná, por vinte minutos, por solicitação do Deputado Tadeu Veneri.

O SR. RICARDO JOSÉ MARQUES MEDEIROS

Boa-tarde! Agradeço a oportunidade dada ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná de vir a esta Casa expor um pouco sobre a questão da criação do Conselho Federal de Jornalismo; que é um desejo dos jornalistas. Queremos uma entidade que defenda a nossa regulamentação e que defenda a sociedade brasileira. É falsa a afirmação que esse Conselho virá para cercear a liberdade de imprensa, mas, ao contrário, o Conselho virá para lutar por ela. Os donos de empresas de comunicação censuram diariamente assuntos que não sejam de seu interesse ou atinjam interesses políticos ou econômicos de amigos ou aliados, não permitindo que sejam publicados em jornais ou veiculados em programas de televisão e rádio.

Após a divulgação que o Governo Federal havia enviado o projeto para o Congresso, uma série de reportagens começou a ser publicada na mídia contendo inverdades e o pior, impedindo que os reais envolvidos se manifestassem. Nunca a "Folha de São Paulo" veiculou tantas matérias sobre o mesmo assunto em sua história. Só publicou um artigo em favor da criação do Conselho dez dias após o início da cobertura sobre o assunto. Que democracia é essa? Que liberdade de expressão é essa?

A categoria dos jornalistas discute a criação de uma instituição nesses moldes há vinte anos! A Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ, que congrega 27 sindicatos e reúne 40 mil jornalistas no País foi quem elaborou o projeto que foi encaminhado ao Congresso Nacional. Como é projeto de uma autarquia federal, ele teve que ser encaminhado pelo Executivo Federal. Mas, reafirmo, o projeto é dos jornalistas e não do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como os jornais afirmaram. O Presidente recebeu no dia 07 de abril deste ano uma delegação de representantes dos sindicatos de jornalistas de todo o País, e atendendo reivindicação da categoria aceitou encaminhar o projeto para análise dos Deputados Federais e Senadores. Quem vai comandar o Conselho, serão os jornalistas. A diretoria da instituição será formada apenas por jornalistas e será eleita por jornalistas. O Conselho não terá nenhum vínculo com o Governo Federal e terá que prestar contas ao Tribunal de Contas da União.

O que pedimos é a possibilidade de esse projeto ser discutido na casa do povo brasileiro que é o Congresso Nacional. Os opositores ao projeto, que posam de neocráticos, não querem permitir o debate sobre esse anseio dos jornalistas brasileiros.

Existem Conselhos de Medicina, de Engenharia, de Relações Públicas, Corretores de Imóveis, Psicologia. Por que não temos o mesmo direito? Por que não podemos cuidar da regulamentação da nossa profissão? Hoje para uma pessoa exercer a profissão de jornalista precisa de anuência do Ministério do Trabalho. Por mais esforçado que os funcionários do Ministério sejam, eles desconhecem o funcionamento e as questões éticas da nossa profissão.

A Justiça brasileira também demonstrou desconhecer a nossa profissão. Uma juíza de São Paulo julgou e sentenciou que para exercer a profissão de jornalista basta gostar de ler e escrever. Isto é um absurdo! A nossa profissão é regulamentada há mais de trinta anos! Existem cursos de jornalismo há mais de cinquenta anos! A profissão é discutida, teoricamente, e técnicas novas surgem de tempos em tempos. Por isso não basta apenas gostar de ler e escrever, como colocou nesse despacho a juíza paulista. O jornalista sai da faculdade com uma formação humanista, conhecedor das teorias de comunicação e das técnicas de jornalismo.

Posso dizer também que, usando o mesmo entendimento da juíza paulista, qualquer pessoa que goste de ler e escrever sobre leis pode ser um profissional de Direito no Brasil!

Para encerrar, gostaria de fazer um pedido: que a Assembléia Legislativa do Paraná, uma defensora da democracia, seja pioneira no Brasil e convoque uma audiência pública para discutir o Conselho Federal de Jornalismo no Estado.

Obrigado.

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Eu gostaria, Ricardo, primeiramente de cumprimentá-lo por ter vindo aqui. Na verdade já há bastante tempo que há uma polêmica em torno do Conselho; acho que é uma matéria que precisa ser bastante debatida porque há poucas informações a respeito. Sugeriria, parece-me que vocês trouxeram hoje um caderno específico a respeito disto, que pudesse depois ser distribuído para que todos os Deputados tomem conhecimento do que se propõe com o conselho. Obviamente que o Conselho, dentro do que se coloca, tem as mesmas características que tem o Conselho de Enfermagem, o Conselho de Psicologia, OAB, enfim, todos os Conselhos da forma como são feitos.

Mas, eu gostaria que você colocasse um pouco melhor, porque já principalmente da parte dos grandes órgãos de comunicação no Brasil, uma reação, num primeiro momento, particularmente na Veja, que me chamou muito a atenção, tão ostensivamente contrária a que nós tivéssemos e que tenhamos, na prática, o Con-

selho, até porque esta informação que você traz - eu, particularmente, não sabia que o Conselho deverá ser todo ele gerenciado, administrado, regulamentado por jornalistas, inclusive com eleição dos jornalistas para aqueles que irão representá-los.

O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)

Eu só gostaria de colocar a formulação que poderia explaná-la da mesma forma - eu entendo que para esta audiência pública, além, naturalmente, do Sindicato, teria que ser convidado o sindicato dos proprietários e outras entidades, universidades, eu acho que aquelas que fazem parte e quem têm curso principalmente de jornalismo. Acho que todas seriam importantes que se fizessem presentes.

Mas eu queria também formular o seguinte - como seria feita a escolha deste Conselho? Porque me parece que um dos questionamentos que é realizado é porque tanto na OAB, quanto no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia, Arquitetura, como nos Conselhos do CRM, Conselho de Medicina, sempre é feito através da livre eleição de membros. Este Conselho, eu li em alguns órgãos de imprensa, que seriam escolhas indicadas por sindicatos e federações, é isto?

O SR. RICARDO MEDEIROS

Não. Pelo projeto, hoje, se o Conselho for aprovado e começar a funcionar, uma equipe provisória cuidará da sua implantação. A partir de um prazo que pode ser definido pelos próprios Deputados, no projeto, haverá uma eleição direta para Direção do Conselho. A votação será para jornalistas e a diretoria será eleita por jornalistas.

O SR. RAFAEL GRECA

E este Conselho vai definir o conteúdo editorial dos programas?

O SR. RICARDO MEDEIROS

Não, ele é um Conselho profissional, vai só regulamentar a profissão, ele não é uma agência reguladora.

O SR. RAFAEL GRECA

Seria como o Conselho de Engenharia ou de Arquitetura?

O SR. RICARDO MEDEIROS

É igual. Por que os jornais ou algumas empresas não querem? Alguns periódicos ou jornais não contratam jornalistas; preferem contratar pessoas que não tenham a formação superior em jornalismo para escrever em seus jornais.

O SR. RAFAEL GRECA

Sim, mas é que há uma fronteira entre a liberdade de opinião e o fato de possuir ou não o diploma ou o registro profissional de jornalismo. Por exemplo, pessoas

como Carlos Heitor Cony, como Clóvis Rossi e até jornalistas veteranos não têm o curso de Jornalismo porque o curso de Jornalismo é uma invenção recente, acho que é até uma invenção do tempo da ditadura.

Eu me lembro que eu escrevia no jornal Voz do Paraná ao tempo do regime militar e não havia o curso de Jornalismo, foi uma exigência do tempo da censura, quando se passou a exigir o registro profissional de Jornalismo, até como uma restrição à liberdade de expressão, para proibir pessoas como Carlos Drumond de Andrade, Carlos Heitor Cony, Raquel de Queiroz, as grandes inteligências do País, de escrever. Aliás, quem escreve em português normalmente não tem diploma de Jornalista porque quem domina a magna língua portuguesa não passou pela Faculdade de Jornalismo.

O SR. RICARDO MEDEIROS

A questão de quem pode atuar, na área de jornalismo, tem essas pessoas que o senhor citou, essas pessoas poderão provar que trabalham como jornalistas...

O SR. RAFAEL GRECA

Veja, não pode ser uma restrição ao exercício da opinião, ao domínio da opinião ao escrever, ao expressar a opinião, ter passado por um curso de Jornalismo porque nós sabemos como andam os cursos de Jornalismo!

O SR. RICARDO MEDEIROS

Ninguém é proibido de escrever no jornal, na sua opinião. Existe, como defende a Constituição Federal, que a liberdade de expressão seja total e irrestrita. O que acontece é que, quem produz a reportagem, tem que ter as técnicas para se fazer uma reportagem, sim, tem que ter uma formação! Mas, se o senhor quiser como o senhor já fez...

O SR. RAFAEL GRECA

Eu fico abismado com alguns assessores de imprensa que encontro, que desconstroem os meus textos, destroem as palavras, comem os sujeitos, destroem os advérbios. O que as faculdades estão ensinando é uma barbaridade!

O SR. RICARDO MEDEIROS

Isso é a questão educacional do País, não é?

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Eu gostaria de agradecer a sua presença aqui, mas o que está em questão é o seguinte: a função desse dito Conselho e a forma de encaminhamento. Isso é uma coisa básica! Se no Governo anterior o Fernando Henrique tivesse encaminhado esta proposta da forma que ela foi encaminhada, certamente o PT teria apedrejado o Fernando Henrique Cardoso! Essa é a realidade!

O que precisa ficar claro é a forma que foi encaminhado. Por que não foi encaminhado por Parlamentar?

Não tem parlamentar jornalista? Não é possível que não tenha parlamentar que convivam diretamente com jornalistas? Então o que está se discutindo é isto, e a razão de que esse Conselho veio logo após o Presidente ter expulsado do país um jornalista por uma simples opinião que o sujeito deu lá, embora seja uma opinião grave no sentido que eu entendo e que não deveria ter dado.

Acho que o que deve se discutir é a função dos jornalistas, mas conheço muitos colegas seus que nos mandam correspondências pedindo para que nós contatemos os Deputados Federais para que eles não deixem aprovar essa matéria que estará em discussão através da criação desse Conselho.

Não é uma pergunta. É uma colocação. Acho que o Sindicato dos Jornalistas deveria aprofundar a discussão da função que terá o Sindicato. Agora começou tudo errado. A forma de encaminhamento que foi feita é uma forma que, embora possa ser legal, não é a mais legítima, em se tratando de quem sempre defendeu o direito, a liberdade absoluta de expressão.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO MEDEIROS

O senhor não conhece o que aconteceu na discussão para o projeto, e gostaria de aqui aproveitar e falar.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Não permito!

Como é que o senhor pode falar que eu não conheço? Como não conheço? Em que base que o senhor está falando que eu não conheço? O senhor sabe com quem eu discuti a matéria? O senhor sabe onde eu fui buscar a possibilidade para conversar sobre esse assunto? O senhor sabe quantas cartas estamos recebendo a respeito desta questão?

O senhor está aqui para dar a sua opinião, não para dizer que eu conheço ou não conheço. Até para o senhor dizer isso, o senhor se candidate, se eleja Deputado e venha, aqui, discutir!

O SR. RICARDO MEDEIROS

Não faz parte dos meus planos. O Conselho e a sua criação é discutida há 20 anos. Esse projeto foi elaborado por jornalistas. E foi encaminhado através do Congresso Nacional para os Deputados, ainda na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, analisarem. Foi aprovado e chegou às mãos do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Só que esse formato, essa forma de encaminhamento era inconstitucional, porque ele é uma autarquia federal. E uma autarquia federal só pode ser encaminhada pelo Executivo Federal. Por isso ele foi recusado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não foi por conter... O que ele analisou na época é o mesmo conteúdo de hoje. Ele só não pôde porque a forma com que foi encaminhado foi considerada inconstitucional.

Pegamos esse projeto - os jornalistas - e encaminhamos novamente em 2002; estava parado no Ministério do Trabalho.

Quando o Presidente Lula foi eleito, nós fizemos um novo contato com o novo Ministro do Trabalho, que era na época o Jaques Wagner, e pedimos-lhe para analisar, nos colocamos à sua disposição para que ele retirasse suas dúvidas. Conversamos com os técnicos do Ministério do Trabalho. Ele foi encaminhado ao Presidente da República depois que conversamos com o novo Ministro, que era já o Berzoini. Conseguimos o apoio do jornalista Ricardo Coti. E ele foi encaminhado.

O Presidente nos chamou no dia 07 de abril, que é o Dia do Jornalista. Tivemos uma audiência pública em Brasília onde representantes de todos os Sindicatos do País estiveram presentes. O Presidente só acatou esse projeto porque tem que partir do Executivo Federal. Não é pela questão de ele ter interesses de manipular ou cuidar da mídia. É só porque tem que partir dele.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Tem que partir dele se você partir do pressuposto que tem que ser uma autarquia.

Por isso, eu disse o seguinte: a forma de atuação do Conselho, o que vai fazer o Conselho, é que tem dado a maior discussão. Volto a repetir que grande parte dos seus colegas não defendem a criação do Conselho, pelo contrário, condenam. Recebemos inúmeras cartas dizendo da condenação desse Conselho por cercear a liberdade, etc e tal.

Não vou mais discutir o mérito, porque acho que cabe ao Congresso Nacional a discussão, mas digo o seguinte: tivesse o Presidente tomado a precaução de, quem sabe, encaminhar de uma outra forma, não teria encontrado tamanha resistência, ou então mudar o conteúdo.

É isso que eu quis dizer ao senhor que se encontra hoje aqui na tribuna para explicar para nós.

O SR. ROBERTO MEDEIROS

Na forma com que ele encaminhou percorreu todos os trâmites legais: saiu do Ministério do Trabalho, foi para a Casa Civil, que encaminhou para o Presidente, que só assinou, e encaminhou para o Congresso discutir. Os Deputados Federais e os Senadores vão poder discutir, emendar, criticar, pedir mais informações. É isso que esperamos, que o Congresso analise. É lógico, o senhor diz que recebe muitas informações de pessoas que são contrárias. Nós temos também informações de muita gente que é a favor. Só queremos que democraticamente, seja discutido.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, o Deputado Barbosa Neto, que é jornalista também.

O SR. BARBOSA NETO

Obrigado, Sr. Presidente.

Eu só gostaria de deixar registrada aqui a minha posição em relação à criação do Conselho Federal de Jornalismo, respeitando a presença do Presidente do Sindicato, na qualidade de jornalista formado pela Universidade Estadual de Londrina e sindicalizado também no Sindicato do Norte do Estado do Paraná e de ser um jornalista formado na prática. Vejo que essa discussão em torno da falta de qualificação dos cursos das Faculdades de Comunicação do nosso País, ela é na verdade uma nova tentativa de desviar o foco quanto à obrigatoriedade ou não do diploma para se exercer essa profissão. Infelizmente o que falta é uma fiscalização e há sim, sem dúvida nenhuma, um grande complô nacional, principalmente defendendo os interesses das grandes corporações, para que não haja a obrigatoriedade do diploma e qualquer pessoa empunhe um microfone ou escreva para qualquer veículo ou qualquer emissora de rádio ou de jornal.

Infelizmente isso acontece, mas esta não é uma deficiência apenas do Curso de Comunicação mas sim de vários outros cursos do ensino superior em nosso País, porque lamentavelmente pulularam nos últimos anos a outorga de cursos das mais variadas áreas.

Em relação ao Conselho Federal de Jornalismo, eu entendo que é sim, mais uma tentativa de cercear a liberdade de imprensa que os jornalistas possuem. A forma como vem sendo conduzida essa discussão e que eu entendo deva ser empurrada goela abaixo dos profissionais, não é a mais democrática. É, sim, autoritária, e que muito me admira vir partindo de um Partido como o PT, principalmente quando tivemos até, lembrando o Deputado Zucchi, a tentativa de expulsar o jornalista que fez a matéria contrária ao Presidente da República e discutimos acaloradamente naquela oportunidade, com o Líder do Governo, que agora tenta cassar a minha palavra.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Somente para dizer que não é verdade que o PT tentou cassar a palavra dos jornalistas que tentaram falar contra o Presidente. O jornalista tentou atribuir ao Presidente do Brasil que ele estava com bebida alcoólica, o que é diferente de falar contra, todos falam e quanto mais falarem, melhor é.

O SR. BARBOSA NETO

A favor, pode-se falar, Sr. Presidente, só não pode falar contra, nesse Partido! Vou falar à vontade, sim! O senhor cassou a minha palavra na oportunidade anterior! O senhor me respeite! Sou Deputado da mesma forma que o senhor! Eu nunca casei a palavra de nenhum Deputado que estivesse fazendo uso da palavra! Dou de dedo, sim! O Senhor tem que me respeitar! Não é porque o senhor é Líder do Governo que o senhor vai cassar a minha palavra! O senhor me respeite!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A palavra está com o Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

O senhor me respeite porque eu tenho cento e vinte e dois mil votos.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Quando a gente pede Pela Ordem, para a Mesa, não está cassando a palavra de ninguém. Está esperando autorização da Mesa e me foi dada. Portanto, não admito berros do Deputado Barbosa tentando fazer disso aqui, um circo! Com respeito é que pedi “Pela Ordem”.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela Ordem é quando se está desobedecendo.

Na realidade, estamos abrindo algumas exceções e, com a aprovação do novo Regimento, com certeza vamos fazer essas correções.

Pela Ordem é só para quando se está descumprindo o Regimento Interno.

No momento não estamos descumprindo nenhum artigo do Regimento.

O SR. BARBOSA NETO

Eu gostaria de agradecer-lhe pela intervenção oportuna neste momento.

Já vou encerrar o meu pronunciamento, mas pediria um pouquinho de educação, porque eu recebi da minha mãe, graças a Deus, e nunca, em nenhuma oportunidade neste Parlamento, eu interrompi quem quer que fosse, a palavra, mesmo que tivesse uma opinião contrária, porque esse é um Parlamento Democrático.

Existem leis dentro do Regimento Interno que guardam a palavra àquele Deputado que está utilizando nesse momento.

Isso é um desrespeito, inclusive ao Presidente do Sindicato que se faz presente nessa tribuna!

Isso é patente como demonstra o despreparo desse Líder do Governo, que não tem condições de sustentar o Governo do Sr. Roberto Requião. É incompetente e não tem nenhum tipo de atributos.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. foi agredido, agora poderá responder.

O SR. NATÁLIO STICA

Quero dizer que com muito orgulho sou Líder do Governo Requião, que é um governo competente do Estado do Paraná. Não sou Líder da Oposição, à qual pertence o Deputado Barbosa. Ele que se reporte ao seu Líder e não à Liderança do Governo do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero agradecer a presença do Sr. Ricardo José Marques Medeiros, que é Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraná, a pedido do Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Obrigado Sr. Presidente.

Apesar de todo o debate, acho que isso é bom, sinal que nós precisamos ouvir mais, Ricardo.

Quero lhe agradecer por ter vindo aqui, convidá-lo para vir outras vezes. Acredito que o Deputado Augustinho Zucchi colocou posições diferentes. Há certamente visões diferentes e, acho que isso, Deputado Zucchi é um processo da democracia. Nós vamos chegar a um ponto comum obviamente ouvindo todos.

Neste sentido, conversei tanto com a Deputada Luciana Rafagnin, com o Deputado Marcos Isfer, que nós vamos propor a esta Casa, que façamos uma Audiência Pública no início de dezembro, convidando todos os proprietários ou responsáveis pelos órgãos de imprensa do Paraná. Sindicato dos Jornalistas, as Universidades, enfim, todos os Deputados interessados, porque me parece que esse é um tema extremamente importante para nós todos.

Nesse sentido quero lhe agradecer por ter nos aberto esse espaço, agradecer ao Ricardo e a todos os Deputado que fizeram esse debate, que certamente, coloca esta Casa no papel que ela deve ter, que é de fazer debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário de Lideranças: PL, PSL. Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na questão Itaipu, levantada pelo nobre Deputado Valdir Rossoni ficou uma certa fumaça e, quando há fumaça, há dúvidas. Eu tenho certeza, que pelo espírito democrático, do Deputado Jocelito Canto, ele é o maior interessado em esclarecer tudo isso.

Nós temos interesse que seja esclarecido. Como é que funciona essa questão da mídia? Dessa parte, modesta parte eu entendo um pouco. Se eu estou fazendo o meu programa, apresentando o meu programa no rádio, Deputado Valdir Rossoni e, no intervalo entra um comercial de uma loja, essa loja é patrocinadora do meu programa. Por dedução. Mas, entendi também, que em momento algum o Deputado Valdir Rossoni disse que o Deputado Jocelito Canto estivesse recebendo dinheiro da Itaipu, até porque está sendo vinculado e o pagamento é 30 dias, 60 dias depois. Depende de como se é feito o contrato.

Ficaram controvérsias Deputado Nelson Justus, e é preciso esclarecer tudo isso, porque nós temos interesse.

Podem contar comigo, inclusive eu sou um dos grandes interessados.

Concedo o aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto

Solicitei agora ao presidente da Itaipu Binacional, V. Exa. disse que onde há fumaça há fogo, vamos acabar com toda essa fumaceira toda de uma vez.

Pedi ao Presidente da Itaipu Binacional agora, o nosso Líder do Governo me concedeu o telefone e o Presidente está mandando agora para o meu gabinete um fax dizendo exatamente aquilo que eu acabei de falar ao Deputado Rossoni, que eu não recebi nenhuma verba. E aí estará tudo resolvido. Vamos mostrar com documentos. E aí a coisa fica certa.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Nem V. Exa. nem a televisão.

O Sr. Jocelito Canto

Nem a televisão, nem V. Exa. Exatamente é o que senhor acaba de falar.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

A V. Exa.

O Sr. Jocelito Canto

A mim e à televisão. O documento vem completo, com nem Jocelito, nem televisão. Um beijo no seu coração.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Nem a CNT. Outro no seu coração. Eu esperava exatamente isso, esse esclarecimento.

Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados, na minha andança por Curitiba, pelos bairros, nas minhas conversas com o povo de Curitiba, sinto uma grande empolgação, uma enorme empolgação pela candidatura do Beto Richa, Prefeito de nossa cidade. Uma empolgação que chega a contagiar. Existe uma empolgação que é explícita, mas também existe uma empolgação silenciosa em favor do Beto Richa. Por quê? Aí comecei a me questionar, por que essa empolgação com o Beto Richa? É porque nós não agüentamos mais, o superpolítico, o super-homem, aquele que sabe tudo. Nós não suportamos, o povo não suporta mais o super-homem.

Na verdade o que o povo quer e precisa é de alguém que aglutine, reúna as pessoas ao seu lado. E o Beto Richa tem essa capacidade. Ele é firme, mas sem perder a ternura, Che Guevara, ele é firme sem perder a ternura e o povo sabe disso, tem consciência disso. Então o Beto Richa tem a capacidade de aglutinar as pessoas e é isso que o povo está precisando aqui, não só em Curitiba, mas em todo o Brasil. É por isso e por outras qualidades mais, que nós sentimos a empolgação tão grande com a candidatura do Beto Richa 45.

O Sr. Reni Pereira

Agradeço pelo aparte.

Gostaria de perguntar se no rádio também existe essa possibilidade de nem o comunicador, o dono do horário tem o patrocínio, nem a televisão receber nada e veicular comercial. Quem paga nesse caso, se nem a televisão recebe?

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Aí é uma questão a se pensar, está um mistério estabelecido. E mistério não se explica: tenta-se entender. E olha, na verdade, o mundo está cheio, de mistério. Aqui dentro mesmo está cheio são tantos... Oxalá pudesse ter a capacidade de decifrar todos esses mistérios, mas ainda somos pequenos para isso! Oxalá ainda possamos ser grandes e decifrá-los, cada um na sua ordem. Eis aí um mistério.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Consulto a liderança do PPS, PSB, PP.

(Declinam).

PFL. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Folheava hoje a Gazeta do Povo e também outros jornais do Paraná e vi as críticas feitas ao Dr. Dartagnan, Juiz Eleitoral, que efetivamente proibiu o uso da Televisão Educativa com fins eleitorais, com fins partidários, com a finalidade de promoção pessoal, aplicando uma multa diária de cinquenta mil reais. A Oposição já denunciou em outras oportunidades, e lamentou profundamente o fato de a TV Educativa estar sendo utilizada como um instrumento de autopromoção pessoal feita pelo Governo do Estado do Paraná.

A Constituição Federal no seu artigo 37, parágrafo 1º, é muito clara ao dizer que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos, ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, ou serviços públicos.

Ocorre, porém, que o Governo, como um todo, tem feito uso indevido da TV Educativa. Nós temos denunciado aqui inclusive a contratação irregular de servidores públicos, cargos comissionados, um verdadeiro trem da alegria que ocorre na TV Educativa do Estado do Paraná, mas, em função do período eleitoral, e até pelo desespero que toma conta daqueles que apóiam o candidato da Situação, do Governo do Estado e do Governo Federal, os ataques que acontecem no programa eleitoral se busca na Justiça a defesa, mas os que ocorrem através da TV Educativa, são inadmissíveis. É inaceitável o uso de dinheiro público, a estrutura pública do Estado do Paraná para se difamar, para se caluniar, para usar indevidamente a TV

Educativa. O que fez efetivamente o candidato Beto Richa?

Foi à Justiça Eleitoral e conseguiu esta proibição da propaganda pessoal, propaganda eleitoral, da propaganda difamatória contra o candidato Beto Richa. E aí, o que eu vejo? Vejo, infelizmente, o Governo do Estado partir contra a Magistratura do Estado do Paraná, partir contra um Juiz de Direito, tentando inclusive criar vinculações que não existem porque o direito foi feito para ser aplicado e cabe ao Juiz, ao magistrado, aplicar.

O que eu não posso aceitar é justamente essa postura, porque tentar se caracterizar agora essa manifestação contra um juiz que é o Juiz de Direito, um Juiz Eleitoral, quando já a Justiça do Estado do Paraná, através de uma ação promovida na 3ª Vara, a Juíza de Direito já no mês de junho ou julho, Ação Popular nº 25474, ajuizado pelo Vereador Fábio Camargo, justamente contra o uso indevido da TV Educativa, essa Juíza da 3ª Vara deu o seguinte despacho: “Numa ação popular concedo a liminar pleiteada para o fim de suspender a publicidade por meio da rádio e da Televisão Educativa do Estado do Paraná, que vise a promoção pessoal do Governador do Estado do Paraná e de seus servidores, bem como aquela que se trata de assuntos políticos partidários, e de críticas a adversários políticos, sob pena de multa diária que fixo em cinquenta mil reais”.

Por que é que o Governo só se manifesta, Deputado Valdir Rossoni, contra essa decisão do Juiz Eleitoral tentando desqualificá-lo, que aliás é uma tática facista? Por que não se manifestou contra essa decisão da juíza da 3ª Vara, que aliás foi mantida pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o Dr. Oto Sponholz?

Vejam só o que diz o Dr. Oto Sponholz, tentando defender o erário público, a transparência, a moralidade: Não existe razão ao requerente, ou seja, a Procuradoria Geral do Estado do Paraná. A ordem judicial proibiu, foi publicada em veículo de comunicação oficial visando a promoção pessoal do Governador do Estado do Paraná e de seus servidores”, Dr. Oto falou, “...bem como aquela que trata de assuntos políticos-partidários e de críticas para adversários políticos, sob pena de 50 mil reais”.

Essa decisão é do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Acuso aqui e até faço um desagravo ao Dr. Dartagnan, porque tentaram desqualificar um Juiz de Direito que aplica o Direito ao caso concreto, e foi injustamente atacado pelo Governo do Estado do Paraná.

Parece que no Paraná, nas últimas eleições, tenta-se sempre ganhar a eleição desqualificando os adversários. Numa hora, se inventa o Ferreirinha; em outra, a promessa do pedágio, outra hora tenta-se desqualificar Juiz de Direito que faz com rigor a aplicação da lei.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No horário do PT, Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Está ocorrendo um equívoco com relação ao Conselho de Jornalismo. O que se quer, é evitar a ingerência econômica sobre as redações dos jornais.

O que se quer, é valorizar realmente o profissional do jornalismo. E o encaminhamento do Deputado Tadeu Veneri aqui em discutir abertamente essa temática com a sociedade paranaense, com todos os jornalistas, com as empresas que trabalham com comunicação e, sem sombra de dúvida, o papel deste Parlamento.

Temos convicção que o Governo Federal, quando tomou essa iniciativa, um Governo que sempre lutou pela liberdade de expressão, Governo que foi inclusive perseguido pela Ditadura Militar, jamais iria censurar alguém neste País. Um Governo que luta para democratizar cada vez mais todos os setores, é impossível admitir críticas sobre a postura e a vontade de querer consolidar cada vez mais a valorização do Jornalismo, que é tão importante para a democracia.

Queremos, sim, evitar a ingerência econômica nas redações dos meios de comunicação.

Queremos debater com a sociedade organizada e com certeza está havendo um equívoco de interpretação com relação ao Conselho de Jornalismo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulta à Liderança do PMDB.

(**Declina**).

Consulta à Liderança da Oposição.

Com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni.

Quero esclarecer aos Srs. Deputados que há um requerimento com a Mesa, solicitando a antecipação da Sessão de amanhã para hoje.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É claro que todos devem ter percebido que o meu pronunciamento inicial foi na tentativa de cumprimentar o ilustre Parlamentar, mas em nenhum momento este Parlamentar usou do linguajar para ofender à pessoa do Deputado.

O ilustre Parlamentar subiu à tribuna e usou adjetivos que, certamente, não usaria num Programa de Televisão, pelo menos eu espero. Na verdade, Deputado Jocelito, eu não ia entrar nessa seara, mas depois das idas e vindas...

Depois que vi na Veja uma charge da Marta Suplicy dando coroa para o Malluf em São Paulo, como disse Ulysses Guimarães: “Eu só não vi boi voando”, mas já estou vendo pessoas andando de moto com o Malluf! E, na verdade, nós não podemos esconder o sol com a peneira, até para resguardar um dos Partidos pelo qual passei e que tenho grande respeito: o PTB. Todos nós sabemos da denúncia da Revista Veja de que PTB entrou

num pacotão de dez milhões de reais para que apoiasse os candidatos do PT. Aí, fica a pergunta no ar...

Agora, quero cumprimentar a CNT por estar inserindo em determinados momentos o logotipo da Itaipu Binacional num programa dominical. Eu acredito na palavra do Parlamentar, até prova em contrário. O Parlamentar disse aqui que não recebeu e que a CNT não recebeu. Posso aqui eu deduzir, dentro da minha pouca inteligência, que a CNT está fazendo uma cortesia com a Itaipu Binacional, porque não posso chegar à outra conclusão a não ser essa.

Por isso, estou tendo aqui todo cuidado para não ofender o Parlamentar que, por casualidade, houve a inserção do logotipo da Itaipu Binacional no seu programa. Não posso afirmar, talvez tenha sido uma cortesia desta Itaipu e, por isso, voltei à tribuna porque por mais ácidas que sejam minhas críticas, tenho, acima de tudo, o respeito aos Parlamentares. Eu até tenho sido - quero que os senhores Parlamentares entendam, um Deputado de oposição provocativo. Por que, Srs. Deputados? Este Parlamento se enriquece se tiver debates!

Vou ser aqui, Sr. Presidente, um defensor no nosso Regimento Interno, para aumentar o tempo aos Partidos políticos, porque a partir do ano que vem teremos aqui a televisão nos transmitindo para o Brasil inteiro, com a TV Educativa. E os nossos eleitores vão nos acompanhar de perto. Nada enriquece mais esta Casa do que o debate das idéias. Por isso, se algum Deputado se sentir ofendido pela minha forma de ser, quero dizer que pessoalmente respeito a todos. Divirjo nas opiniões, provooco o debate porque me sinto feliz quando saio deste Parlamento e vou para minha casa e aqui naquele dia travei um debate sobre um assunto e uma questão palpitante do nosso País e do nosso Estado.

Era isso, Sr. Presidente, Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

O Deputado Rossoni está coberto de razão. O Parlamento é para divergir, para discutir, e para debater, mas, entendo que o Parlamento deva discutir sempre os assuntos que forem verdadeiros.

E acho que o Deputado Rossoni, com todo o respeito que tenho a V. Exa., disse que não faltou com o respeito, mas faltou, sim! Quando V. Exa. vem a esta tribuna da Casa, onde estão ilustres visitantes, onde estão vários companheiros numa Sessão pública e o senhor faz uma acusação dizendo que eu fui beneficiado e faz depois uma suposição, V. Exa. falta com o respeito.

O senhor até poderia perguntar a mim, antes de fazer a denúncia, se eu havia recebido qualquer tipo de verba da Itaipu, V. Exa. não me perguntou nada! Preferiu subir à tribuna e fazer uma pré-denúncia e aí entendo eu, dentro daquele respeito que V. Exa. acabou de falar, que todos devem respeitar e que o Parlamento é para discutir, eu estou lhe cobrando isso. Se V. Exa. tivesse conversado comigo eu lhe diria: Deputado, eu não recebi nenhum

tipo de verba da Itaipu, não vi em momento nenhum aparecer lá a assinatura da Itaipu na propaganda exibida pela televisão.

V. Exa. preferiu subir à tribuna, sem falar com ninguém, aproveitando-se desse ilustre dia aqui estavam dois Senadores, para mostrar serviço, e fez a denúncia vazia, não verdadeira, para mostrar serviço, e fez a denúncia vazia, não verdadeira. Aí não posso concordar com V. Exa., porque o Parlamento, concordo plenamente, é para debater, para divergir, para discutir, mais coisas verdadeiras, Deputado Rossoni. Não podemos chegar aqui e fazer acusações como foram feitas com o nosso companheiro Durval Amaral quando disseram que ele estava envolvido em coisas perigosas, CPI, não sei o quê, que teria pegado dinheiro. Quem paga a imagem dele que foi jogada no lixo? Que saiu na imprensa?

Amanhã a imprensa vai escrever e vai deixar uma dúvida: recebeu ou não recebeu?

Solicitei ao Presidente da Itaipu que mande um documento que comprove que eu não recebi, nem a televisão, nenhum tipo de recurso para o nosso programa.

Agora, não posso entender, Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. que é um debatedor desta Casa, levante alguma coisa que não é verdadeira. É o mesmo que eu fazer uma denúncia contra V. Exa. sem consistência. Não há o que denunciar quando não é verdadeiro.

Ai nós teremos: Presidente da República tomou vinho de R\$1.000,00.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço que V. Exa. conclua, porque eu abri-lhe uma exceção na Questão de Ordem; não estava sendo ferido nenhum artigo do Regimento.

O SR. JOCELITO CANTO

Mas ele falou de mim e vai falar de novo!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas tem as Explicações Pessoais, posteriormente.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, se não é democrático a participação, eu encerro.

Só quero repetir mais uma vez ao Deputado Rossoni que não sou formado, sou um Deputado que nem o 1º grau fiz, mas sou formado na vida, no trabalho, na luta com o meu povo. Não sou um cara formado, não sei falar línguas, mas conheço o povo.

E queria dizer-lhe, com o meu português simples, mas do povo, que eu não recebi absolutamente nada e espero que V. Exa. respeite o que estou lhe dizendo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. foi citado. Eu concedo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Gostaria de deixar claro ao Deputado Jocelito e até tive a preocupação depois de subir à tribuna e é importante deixar claro isso aqui para que não cometamos nenhum erro. Quando você assiste em uma televisão uma inserção seja da SANEPAR, da COPEL, da Itaipu, das Casas Bahia, das Pernambucanas ou do Biotônico, você compreende que essa empresa está recebendo por essa inserção. Você compreende assim! Mas, quero que fique claro que a inserção da Itaipu houve. Agora, se isso foi uma atitude da televisão gratuitamente, aí é uma outra situação.

E para nós causa estranheza, porque eu nunca vi nenhuma empresa de comunicação fazer inserções gratuitamente. Deputado Luiz Carlos Martins, com seu “beijo no coração” V. Exa. já trouxe esses benefícios?

Então, Sr. Presidente, fica claro esse meu posicionamento, porque a minha afirmação da inserção da Itaipu é verídica. O que fica na dúvida, e o tempo vai trazer a verdade, é se essa inserção foi uma cortesia ou não foi.

Era isso, Sr. Presidente, e espero que fique esclarecido o meu pronunciamento!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Presidente do Sindicato dos Jornalistas traz aqui a proposta do Conselho, que nós defendemos e achamos muito interessante. E aqui no artigo 14 diz assim: “o jornalista deve ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas”. E fala aqui de uma comissão de ética.

Que bom que isso venha, porque há certos veículos de comunicação e felizmente somente alguns, porque não são a maioria dos jornalistas a serviço usando de veículos de comunicação para fazer o que bem entendem, sem nenhuma punição e aqui vai deixar isso muito claro. E falo inclusive do “Jornal do Estado”, que tem feito dessa maneira, como se pudesse transgredir à vontade, porque nada é cobrado. Então, aqui vai ficar muito bom!

Mas, que isso aqui sirva também para os senhores Deputados e em especial da Oposição, como fizeram agora, quando usaram o nome do Deputado Jocelito Canto em uma proposta que ninguém sabe se é verdadeira ou não e como se verdade fosse, sobem na tribuna e deixam o nome do Deputado e o nome da Itaipu em uma situação que todos podem levar a pensar que está acontecendo.

Ora! Por que não ouvir sempre antes? Por que não chegar ao Deputado Jocelito e perguntar se ele teve o patrocínio ou não? Por que não ouvir do Deputado antes de fazer essas declarações infundadas, sem saber se tem ou não algum cunho de verdade? Isso é como já dizia

alguém: você sobe em um morro, abre um travesseiro de penas e solta-as ao vento e depois diz - Meu Deus, não era para abrir o travesseiro, vamos juntar as penas!

Jamais, Deputado Valdir Rossoni, o senhor irá recolher todas as penas. E é assim que fica depois contra o Deputado Jocelito, contra a Itaipu, uma das melhores, se não for a melhor, uma das melhores empresas brasileiras e, diga-se de passagem, muito bem administrada pelo nosso companheiro de Curitiba, Jorge Miguel Samek. Não vou entrar em detalhes se a Itaipu tem ou não comercial. Se tiver, ela tem o direito de ter e tem o direito de escolher o programa que dê audiência e o programa do Deputado Jocelito, com certeza, é um programa de grande audiência, mas esse é um assunto que não vou me ater.

Vim aqui à Oposição falar, e eu falo isto de cadeira, porque fui Oposição por três mandatos na Câmara Municipal de Curitiba: fui Oposição do então Prefeito Rafael Greca, do prefeito Cassio Taniguchi, do Vice-Prefeito atual Beto Richa, e em todos os momentos agi com ética, como agiu a minha Bancada, o PT, e aqui está o Tadeu Veneri, Deputado, que foi Vereador comigo, sempre quando era para votar a favor de Curitiba, - está aí o Deputado Rafael Greca que foi Prefeito, - se era um projeto interessante à cidade, tinha o nosso voto. Se tínhamos entendimento que não, batíamos, discutíamos, íamos conversar antes! Nunca saindo a agir com esta maneira irresponsável que eu tenho escutado por aqui!

Mas não há problema, não. Eu entendo. Os senhores foram acostumados ser Situação. Dias atrás alguma jornalista me perguntou o que eu achava ser Situação - eu disse - acho muito bom, eu quero, se Deus quiser, que me ajude, que eu fique para o resto da minha vida política Situação, porque é bem melhor.

Eu entendo o pânico que V. Exas. estão passando. É difícil ser Situação, tem que ter muita competência, tem que saber fazer a crítica, e não apenas a crítica pela crítica, mas ao mesmo tempo ajudar o seu Estado, como eu ajudava a minha cidade. Isto é muito difícil. Mas eu posso, depois, porque o horário é curto, dar uma aula para os senhores de como fazer Oposição, com ética, com elegância e com transparência.

E quanto à TV Educativa do Estado do Paraná - que tristeza que o Poder Judiciário venha querer proibir que a TV Educativa retransmita a reunião dos Secretários que é, sem sombra de dúvida, uma aula de democracia que o Governo Requião dá a todo o Brasil. Que pena que estão com medo que a verdade seja exposta!

E quero dizer mais ainda, a TV Educativa do Estado é outra hoje. É uma TV que tem recursos do Governo do Estado para que aja com democracia e não como fazia o ex-Governador que deixou quase falida, que deixou às traças aquele espaço e pagava à TV privada com o dinheiro público, para fazer a propaganda como se Presidente fosse!

Tenho muito mais para falar, mas como o tempo não me permite, quero dizer - Deputado Rossoni, o senhor disse que o PTB que o senhor passou, aliás, pelo que me consta, me parece que no PT o senhor não passou, o restante vários Partidos, eu espero que tenham lhe dado um pouco de experiência para agir agora, enquanto Oposição, porque nós estamos numa parada - tenho certeza que neste momento eleitoral muito duro que estamos enfrentando e por estarmos com o Governo Requião, estamos desafiando - vem bicheiro, vem bingueiro, mas que venham todos, vamos mostrar que vamos mudar Curitiba como já mudamos o Paraná e como mudamos o Brasil!

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, hoje o tiro é no Rossoni e eu vou me desviando e vou vivendo até onde posso. Primeiro, quero dizer ao Deputado Stica, se ele montar um cursinho de Oposição certamente não estarei inscrito, porque eu não vejo qualificação.

Segundo, quanto à questão de bicheiro, diga-se de passagem, podemos ir pegar um professor em Brasília, chamado Valdomiro, que morava no Palácio do Planalto, no quarto andar, ao lado do Presidente da República.

Então, não é com ofensa que alguém vai me ensinar aqui a fazer política! Quanto a minha passagem partidária o que importa é a minha moral!

Era isto, ilustre Deputado Stica, e voltamos ao debate a partir de amanhã ou da semana que vem!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 027/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, sugerindo criar mecanismos mais eficientes de informações tributárias entre Estado e Municípios. À **Comissão de Constituição e Justiça**.

Projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 197/2004, de autoria do Deputado Artagão Junior, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Inácio Martins, com sede e foro no Município de Inácio Martins. **Aprovado. (Publ. no DA nº 044/2004, de 19/03/2004).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 265/2004, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de Utilidade Pública o Centro Beneficente Educacional Santa Terezinha de Itaipu, com sede e foro na cidade de Santa Terezinha do Itaipu. **Aprovado. (Publ. no DA nº 067/2004, de 04/08/2004).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 286/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que declara de Utilidade Pública Estadual a PROVOPAR - Ação Social de Cantagalo, com sede e foro na cidade de Cantagalo. **Aprovado. (Publ. no DA nº 068/2004, de 09/08/2004).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 317/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Entidade Jovens Com Uma Missão - JOCUM, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/2004, de 23/08/2004).**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 182/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná, declarar de Utilidade Pública a Associação Projeto Curumim, do Município de Ubatã, com sede e foro no Município de Ubatã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Emenda - Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA SUPRESSIVA AO

PROJETO DE LEI Nº 182/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 182/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro descrevia em sua súmula: Autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná. Declarar de Utilidade Pública a Associação Projeto Curumim, do Município de Ubatã”. Com o objetivo de adaptar a redação do referido projeto de lei ao que a técnica legislativa exige o Deputado José Maria Ferreira apresentou a Emenda Supressiva que corrige a redação

para “Declara de Utilidade Pública a Associação Projeto Curumim, do Município de Ubiratã”.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar no seu aspecto legal e constitucional, e, nada tendo encontrado que possa obstar a sua tramitação apresenta o seu parecer pela sua constitucionalidade.

Assim sendo o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoioamento:

Tadeu Veneri, Jocelito Canto, Marcos Isfer, Delegado Bradock, Elza Correia e Elton Carlos Welter.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná, declarar de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, do Município de São João do Ivaí, com sede e foro no mesmo Município. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Emenda - Aprovada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 183/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 183/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro descrevia em sua súmula: “Autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná. Declarar de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, do Município de São João do Ivaí”. Com o objetivo de adaptar a redação do referido projeto de lei ao que a técnica legislativa exige o Deputado José Maria Ferreira apresentou a Emenda Supressiva que corrige a redação para “Declara de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, do Município de São João do Ivaí”.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar no seu aspecto legal e constitucional, e, nada tendo encontrado que possa obstar a sua tramitação apresenta o seu parecer pela sua constitucionalidade.

Assim sendo o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoioamento:

Tadeu Veneri, Jocelito Canto, Marcos Isfer, Delegado Bradock, Elza Correia e Elton Carlos Welter.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná, declarar de Utilidade Pública a Instituição Serviços de Obras

Sociais Cícero Nuto Figueiredo do Município de Ubiratã, com sede e foro no Município de Ubiratã. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Emenda - Aprovada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 190/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 190/2004, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro descrevia em sua súmula: “Autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná. Declarar de Utilidade Pública a Instituição Serviços de Obras Sociais Cícero Nuto Figueiredo, do Município de Ubiratã”. Com o objetivo de adaptar a redação do referido projeto de lei ao que a técnica legislativa exige o Deputado José Maria Ferreira apresentou a Emenda Supressiva que corrige a redação para “Declara de Utilidade Pública a Instituição Serviços de Obras Sociais Cícero Nuto Figueiredo, do Município de Ubiratã”.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar no seu aspecto legal e constitucional, e, nada tendo encontrado que possa obstar a sua tramitação apresenta o seu parecer pela sua constitucionalidade.

Assim sendo o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoioamento:

Tadeu Veneri, Jocelito Canto, Marcos Isfer, Delegado Bradock, Elza Correia e Elton Carlos Welter.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 013/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre a criação e implantação do Índice Paranaense de Responsabilidade Social - IPRS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CECE e SP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2004, de 17/02/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 013/2004

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 013/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, dispõe sobre a criação e implantação do Índice Paranaense de Responsabilidade Social - IPRS.

Fundamentação

O projeto de lei não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional, devendo apenas sofrer emenda corretiva em seu artigo 10, retirando-se a expressão “revogadas as disposições em contrário”.

Segundo o artigo 9º da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, assim dispõe:

“Art. 9º - Quando necessária a cláusula de revogação, esta deverá indicar expressamente as leis ou disposições revogadas.”

O projeto de lei não indica expressamente quais os artigos de lei está revogando, pelo que a expressão “revogam-se as disposições em contrário” não se encontra de acordo com a melhor técnica legislativa.

O fato de não conter a expressão “revogam-se as disposições em contrário” de forma alguma altera a abrangência da lei, ocorrendo neste caso a revogação tácita.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação, na forma a emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 13.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI Nº 013/2004

P A R E C E R :

O artigo 10 passará a ter a seguinte redação:

“Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 06.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 013/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 013/2004, em análise de autoria do Deputado Alexandre Curi, dispõe sobre a criação e implantação do Índice Paranaense de Responsabilidade Social - IPRS.

Trata-se de proposição que atende ao interesse público visto que os índices apurados pelo IPRS nos Municípios paranaenses informarão o desempenho nas áreas de educação, emprego, finanças públicas, habitação, ocorrências policiais e saneamento básico, fornecendo dessa forma subsídios para investimentos públicos, bem como trará maior transparência aos efeitos ocasionados em razão da administração municipal, estadual e federal.

Diante do exposto, manifestamos parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 013/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 013/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, dispõe sobre a criação e implantação do Índice Paranaense de Responsabilidade Social - IPRS.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, bem como da Comissão de Finanças.

Cabe salientar que esta relatora apresentou o Projeto de Resolução nº 012/2003, criando o certificado de Responsabilidade Social no Estado do Paraná, matéria que se encontra para parecer da Comissão Executiva.

O envolvimento social é fundamental para o resgate da cidadania, levando a comunidade paranaense a estágios mais avançados de desenvolvimento.

Trata-se da assunção de responsabilidade, deixando de atribuí-las somente aos outros, ao próprio Estado.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 013/2004.

Sala das Comissões, em 15.05.2004.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
CIDA BIRGHETTI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 013/2004

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 013/2004, de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Alexandre Curi, tem por escopo a criação e implantação do Índice Paranaense de Responsabilidade Social - IPRS.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que o presente projeto de lei não encontra óbice legal em prosseguir, salientando-se que se trata de iniciativa de grande mérito e interesse social, uma vez que os índices apurados pelo IPRS nos municípios paranaenses informarão o desempenho nas áreas de educação, emprego, finanças públicas, habitação, ocorrências policiais e saneamento básico, fornecendo dessa forma subsídios para investimentos públicos, bem como trará maior transparência aos efeitos ocasionados em razão da administração municipal, estadual e federal.

Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Segurança apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 013/2004, objeto desta análise.

Sala das Comissões, em 28.06.2004.

(aa) DELEGADO BRADOCK
Presidente e Relator

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica instituído o Certificado Responsabilidade Social - PR - a ser conferido, anualmente, pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, às empresas e demais entidades com sede no Estado do Paraná que apresentarem o seu Balanço Social do exercício imediatamente anterior.

Parágrafo Único - Para fins do disposto no *caput* deste artigo, as empresas e demais entidades deverão encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o seu Balanço Social até o último dia do mês de junho do ano seguinte ao de referência do Balanço.

Art. 2º - Para os fins desta lei considera-se Balanço Social o documento pelo qual as empresas e demais entidades apresentam dados que permitam identificar o perfil da sua atuação social durante o exercício, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de interação das empresas e demais entidades com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

§ 1º - O Balanço Social de que trata o *caput* será assinado por contador ou técnico em Contabilidade habilitado ao exercício profissional.

§ 2º - Os dados financeiros constantes do Balanço Social deverão ser extraídos das respectivas demonstrações contábeis elaboradas na forma da legislação vigente.

Art. 3º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tornará pública a relação das empresas que apresentarem o Balanço Social, nos termos desta Resolução, outorgando-lhe o certificado de Responsabilidade Social-PR.

Parágrafo Único - O certificado Responsabilidade Social-PR, de que trata o *caput* deste artigo, será entregue em Sessão Solene do Poder Legislativo Estadual.

Art. 4º - Dentre as empresas certificadas, a Assembléia Legislativa elegerá os projetos mais destacados, os quais agraciará com o Troféu Responsabilidade Social - Destaque PR.

Parágrafo Único - Dentre os aspectos a serem considerados por ocasião da escolha, constarão:

I - impostos, taxas, contribuições e impostos federais, estaduais e municipais;

II - folha de pagamento bruta o valor total da folha de pagamento incluídos os encargos sociais;

III - condições de trabalho - higiene e segurança de trabalho, número de acidentes de trabalho e número de reclamações trabalhistas;

IV - alimentação - restaurantes, tiquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados;

V - saúde - plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde;

VI - educação - treinamento, programas de estágios, reembolso de educação, bolsa de estudos, creches, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca, e outros gastos com educação e treinamento de empregados ou seus familiares;

VII - aposentadoria - planos especiais de previdência privada, tais como: fundações previdenciárias, complementações de aposentadoria e outros benefícios aos aposentados;

VIII - outros benefícios - participação nos resultados econômicos, seguro, empréstimos, gastos com atividades recreativas, transportes e outros benefícios oferecidos aos empregados;

IX - contribuições para a sociedade - investimentos na comunidade nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, segurança, urbanização, educação, defesa civil, pesquisa, obras públicas, campanhas públicas e outros gastos sociais na comunidade, discriminando, inclusive, o número de horas destinadas por seu quadro funcional ao trabalho voluntário;

X - investimentos em meio ambiente - reflorestamento, despoluição, gastos com introdução de métodos não poluentes e outros gastos que visem à conservação e melhoria do meio ambiente, inclusive com educação e conscientização ambiental;

XI - número de empregados - número médio de empregados no exercício (registrados no último dia do período);

XII - número de admissões - admissões efetuadas durante o período;

XIII - políticas adotadas visando diminuir a exclusão de determinados segmentos sociais - descrição sintética de políticas adotadas pela empresa no sentido de diminuir a exclusão social através da admissão social de idosos, deficientes físicos e outros, no seu quadro funcional.

Art. 5º - A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de publicação desta resolução, constituirá comissão mista, com representantes de entidades da sociedade civil organizada para planejar o evento anual e deliberar sobre os critérios que nortearão a escolha das empresas a serem agraciadas com o Troféu Responsabilidade Social - Destaque-PR.

Art. 6º - As despesas decorrentes da presente resolução serão cobertas pelos recursos orçamentários próprios, a conta do orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 7º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.08.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O envolvimento da sociedade é fundamental para alcançarmos estágios mais avançados de abastecimento.

Assumir responsabilidades e não atribuí-las somente aos outros é fundamental para a mudança cultural do nosso povo. Todos nós somos responsáveis pela situação que vivemos.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que autoriza o Poder Executivo a alienar o imóvel que especifica. (Município de Lupionópolis). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/2004, de 18/05/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 184/2004

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Alexandre Curi, trata-se de projeto autorizatório de doação de imóvel do Estado, para um Município paranaense, no caso, para o Município de Lupionópolis. Como muitos outros apresentados nesta legislatura, sempre entendemos que a iniciativa, obrigatoriedade, nestas hipóteses teria de partir do Executivo, pois, embora a legislação dispor expressamente que em caso de doação de imóveis o Governo do Estado precisa de autorização legislativa para a consumação deste ato, não é de boa técnica esta autorização ser antecipada à efetiva decisão do Executivo de doar o bem. O Legislativo deve autorizar, se assim decidir, o que o Executivo solicitar, e não autorizar o que este não pleiteou. Do contrário, teremos leis inócuas. Leis que autorizam o Executivo a doar imóveis que este não pretende doar são inócuas. Pois sem a iniciativa daquele Poder é impossível concretizar o ato de doação de bem do Estado.

Assim, sugerimos que o Parlamentar sempre deve encaminhar o pleito primeiramente ao Chefe do Executivo Estadual, através de uma Indicação Legislativa, para este encaminhar um anteprojeto de lei pedindo a autorização legislativa necessária.

Também propugnamos em pareceres anteriores, mas nas Comissões de Mérito, no sentido de primeiramente diligenciar junto ao Executivo Estadual sobre o seu interesse nestes imóveis, objetos de intempestivos projetos autorizatórios, fundamentando a nossa precaução no sentido de que a eficácia da proposição, por mais justa que seja, depende da vontade da Administração, uma vez que não vislumbramos a possibilidade deste legislativo em poder tornar prática uma alienação, onerosa ou não, de um imóvel, mesmo com a existência de uma lei estadual dispondo para tanto. Daí entendemos ser inócua uma lei autorizatória que não seja de interesse do Executivo.

Todavia, a ampla maioria desta Comissão de Constituição e Justiça tem opinião diversa, tendo sempre decidido pela constitucionalidade das iniciativas Parlamentares de doação de imóveis.

Conclusão

Destarte, enquanto permanecer o entendimento majoritário nesta Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade e legalidade destas iniciativas, curvome diante da opinião da maioria dos componentes da Comissão de Constituição e Justiça, no sentido de dar parecer favorável ao Projeto de Lei nº 184/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que objetiva autorizar o Projeto Executivo a efetuar a doação do imóvel, que especifica, para o Município de Lupionópolis, pois foram estes os destinos dos últimos quatro projetos de lei relatados por este Parlamentar, por questão de coerência das iniciativas dos diversos Parlamentares, em que pese todos os projetos neste sentido aprovados nesta Casa na atual legislatura terem recebido o veto governamental.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 184/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que autoriza o Poder Executivo a alienar o imóvel que especifica. (Comarca de Porecatu - Município de Lupionópolis).

Fundamentação

A matéria já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

Conclusão

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontrou nenhum obstáculo quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 184/2004.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 291/2004, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera dispositivos da Lei nº 14277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, corrige erro material da referida lei e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 291/2004

Súmula:

Altera dispositivos da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, corrige erro material da referida Lei e adota outras providências.

Art. 1º - O artigo 263 da Lei nº 14277, de 30 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 263 - Fica criado nas comarcas de entrância intermediária o seguinte:

I - na Comarca de Andirá:

a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.(...)

XVII - na Comarca de Astorga:

a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

XVIII - na Comarca de Chopinzinho:

a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

XIX - na Comarca de Santo Antônio do Sudoeste:

a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

XX - na Comarca da Lapa:

a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.”

Art. 2º - Ficam elevadas à entrância intermediária as Comarcas de Andirá e Chopinzinho.

Art. 3º - O Anexo II – Tabela 2 - Seções Judiciárias, passa a vigorar com alteração na 21ª Seção Judiciária com Sede na Comarca de Bandeirantes e fica acrescido da 53ª Seção Judiciária com Sede na Comarca da Lapa e da 54ª Seção Judiciária com Sede na Comarca de Andirá.

Art. 4º - Fica suprimido o inciso IX do artigo 255 da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 5º - O artigo 277 da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 277. No Foro Regional de Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul,

Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara e Rio Branco do Sul; e nas Comarcas de entrância intermediária de Apucarana, Arapongas, Cambé, Campo Mourão, Castro, Cianorte, Francisco Beltrão, Lapa, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Sarandi, Telêmaco Borba, Toledo, Umuarama e União da Vitória, fica criada uma (1) Unidade Administrativa de Juizado Especial Cível e Criminal, com um (1) cargo de Juiz de Direito.”

Art. 6º - Fica suprimido dos Anexos do Código de Organização e Divisão Judiciárias o Foro Regional da Lapa.

Art. 7º - A Comarca da Lapa, na categoria de entrância intermediária, passa a integrar os seguintes Anexos:

Anexo III – Tabela 2 – Composição das Comarcas e seus Distritos Judiciários – Demais Comarcas;

Anexo IV – Composição do Foro Judicial e Foro Extrajudicial por Comarca;

Anexo V – Magistratura Estadual;

Anexo VI – Tabela 3 – Cargos do Foro Judicial – Entrância Intermediária;

Anexo VII – Juizados Especiais Cíveis e Criminais;

Anexo IX – Tabela 1 – Criação e Extinção de Cargos da Magistratura Estadual;

Anexo IX – Tabela 4 – Criação e Extinção de Cargos – Cargos do Foro Judicial por Comarca - Entrância Intermediária;

Anexo IX – Tabela 8 – Criação e Extinção de Cargos dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Art. 8º - Passa a integrar o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, a Tabela 5 do Anexo IX – Criação e Extinção de Cargos – Cargos do Foro Judicial por Comarca - Entrância Inicial.

Art. 9º - As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão à conta da dotação orçamentária do Tribunal de Justiça.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.2004.

(a) PODER JUDICIÁRIO

JUSTIFICATIVA

O Egrégio Órgão Especial em sessão realizada no dia 21 de junho do corrente ano, deliberou por alterar dispositivos da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – novo Código de Organização e Divisão Judiciárias, após avaliação completa do texto da referida Lei, decidiu por elevação de comarca, criação de varas e cargos e pela correção de erro material ocorrido por ocasião da apreciação do projeto de lei.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS - ENTRÂNCIA FINAL, INTERMEDIÁRIA E INICIAL
ANEXO I

COMARCA DE ENTRÂNCIA FINAL			COMARCA DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA			
01		Comarca da Região Metropolitana de Curitiba	01	Andirá	35	Nova Esperança
	I	Foro Central de Curitiba	02	Apucarana	36	Palmas
	II	Foro Regional de Almirante Tamandaré	03	Arapongas	37	Palotina
	III	Foro Regional de Araucária	04	Assaí	38	Paranaguá
	IV	Foro Regional de Bocaiúva do Sul	05	Assis Chateaubriand	39	Paranavaí
	V	Foro Regional de Campina Grande do Sul	06	Astorga	40	Pato Branco
	VI	Foro Regional de Campo Largo	07	Bandeirantes	41	Peabiru
	VII	Foro Regional de Colombo	08	Bela Vista do Paraíso	42	Pitanga
	VIII	Foro Regional de Fazenda Rio Grande	09	Cambé	43	Porecatu
	XIV	Foro Regional de Pinhais	10	Campo Mourão	44	Rio Negro
	X	Foro Regional de Piraquara	11	Capanema	45	Rolândia
	XI	Foro Regional de Rio Branco do Sul	12	Castro	46	Santo Antônio da Platina
	XII	Foro Regional de São José dos Pinhais	13	Chopinzinho	47	Santo Antônio do Sudoeste
		Cascavel	14	Cianorte	48	São Mateus do Sul
		Foz do Iguaçu	15	Colorado	49	Sarandi
02		Guarapuava	16	Cornélio Procópio	50	Telêmaco Borba
03		Londrina	17	Cruzeiro do Oeste	51	Toledo
04		Maringá	18	Dois Vizinhos	52	Umuarama
05		Ponta Grossa	19	Francisco Beltrão	53	União da Vitória
06			20	Goioerê	54	Wenceslau Braz
07			21	Guaíra		
			22	Guaratuba		
			23	Ibaiti		
			24	Ibiporã		
			25	Irati		
			26	Ivaiporã		
			27	Jacarezinho		
			28	Lapa		
			29	Laramjeiras do Sul		
			30	Loanda		
			31	Marechal Cândido Rondon		
			32	Marialva		
			33	Matinhos		
			34	Medianeira		

COMARCA DE ENTRÂNCIA INICIAL

01	Alto Paraná	29	Imbituva	57	Prudentópolis
02	Alto Piquiri	30	Ipiranga	58	Quedas do Iguaçu
03	Altônia	31	Iporã	59	Realeza
04	Antonina	32	Iretama	60	Rebouças
05	Arapoti	33	Jaguapitã	61	Reserva
06	Barbosa Ferraz	34	Jaguariaíva	62	Ribeirão Claro
07	Barracão	35	Jandaia do Sul	63	Ribeirão do Pinhal
08	Cambará	36	Joaquim Távola	64	Salto do Lontra
09	Campina da Lagoa	37	Mallet	65	Santa Helena
10	Cândido de Abreu	38	Mamborê	66	Santa Izabel do Ivaí
11	Catagalo	39	Mandaguaçu	67	Santa Mariana
12	Capitão Leônidas Marques	40	Mandaguari	68	São Jerônimo da Serra
13	Carlópolis	41	Mangueirinha	69	São João do Ivaí
14	Catanduvas	42	Manoel Ribas	70	São João do Triunfo
15	Centenário do Sul	43	Marilândia do Sul	71	São Miguel do Iguaçu
16	Cerro Azul	44	Matelândia	72	Sengés
17	Cidade Gaúcha	45	Morretes	73	Sertanópolis
18	Clevelândia	46	Nova Fátima	74	Siqueira Campos
19	Congoinhas	47	Nova Londrina	75	Teixeira Soares
20	Corbélia	48	Ortigueira	76	Terra Boa
21	Coronel Vivida	49	Palmeira	77	Terra Rica
22	Curiúva	50	Palmital	78	Terra Roxa
23	Engenheiro Beltrão	51	Paraíso do Norte	79	Tibagi
24	Faxinal	52	Paranacity	80	Tomazina
25	Formosa do Oeste	53	Pérola	81	Ubiratã
26	Grandes Rios	54	Pinhão	82	Uraí
27	Guaraniaçu	55	Piraí do Sul	83	Xambrê
28	Icaraíma	56	Primeiro de Maio		

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
SEÇÕES JUDICIÁRIAS - ANEXO II - TABELA 1

SEÇÕES JUDICIÁRIAS	COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	SEÇÃO	ENTRÂNCIA	JUIZ SUBSTIT.	Juiz de Direito Subst.	TOTAL
	COMARCA/FORO					
1ª	COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	Seção Única	FINAL		51	51
	I Foro Central de Curitiba		FINAL			
	II Foro Regional de Almirante Tamandaré		FINAL			
	III Foro Regional de Araucária		FINAL			
	IV Foro Regional de Bocaiúva do Sul		FINAL			
	V Foro Regional de Campina Grande do Sul		FINAL			
	VI Foro Regional de Campo Largo		FINAL			
	VII Foro Regional de Colombo		FINAL			
	VIII Foro Regional de Fazenda Rio Grande		FINAL			

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
SEÇÕES JUDICIÁRIAS - ANEXO II - TABELA 1

X Foro Regional de Pinhais		FINAL			
XI Foro Regional de Piraquara		FINAL			
XII Foro Regional de Rio Branco do Sul		FINAL			
XIII Foro Regional de São José dos Pinhais		FINAL			
	TOTAL		0	51	51

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
SEÇÕES JUDICIÁRIAS - ANEXO II - TABELA 2

SEÇÕES JUDICIÁRIA	COMARCA SEDE	COMARCA/ VARA	ENTRÂNCIA	Juiz Subst.	Juiz de Direito Subst.	TOTAL
21 ^a	BANEI- RANTES	BANDEI- RANTES	INTERM	1		1
		Santa Mariana	INICIAL			0
53 ^a	LAPA	LAPA	INTERM	1		1
		São Mateus do Sul	INTERM			0
		Rio Negro	INTERM			0
		São João do Triunfo	INICIAL			0
		Cerro Azul	INICIAL			0
54 ^a	ANDIRÁ	ANDIRÁ	INTERM	1		1
		Cambará	INICIAL			0
		TOTAL		3	0	3

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIA
COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - COMARCA DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CURITIBA - ANEXO III - TABELA 1

Nº	COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	Nº	SEDE/SERVIÇO DISTRITAL MUNICÍPIO	Nº	SERVIÇO DISTRITAL NÃO MUNICÍPIO
	COMARCA/FORO				
1	Comarca da Região Metropolitana de Curitiba				
	I Foro Central de Curitiba	1	Curitiba	1	Cajuru
				2	Portão
				3	Santa Felicidade
				4	Santa Quitéria

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIA
COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - COMARCA DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CURITIBA - ANEXO III - TABELA 1

			5	São Casemiro Taboão	
			6	Tatuquara	
			7	Umbará	
			8	Uberaba	
			9	Boqueirão	
			10	Campo Comprido	
			11	Mercês	
			12	Pinheirinho	
			13	Bacacheri	
			14	Barreirinha	
			15	Novo Mundo	
II Foro Regional de Almirante Tamandaré	2	Almirante Tamandaré	16	Tranqueira	
	3	Campo Magro			
III Foro Regional de Araucária	4	Araucária			
IV Foro Regional de Bocaiúva do Sul	5	Bocaiúva do Sul			
	6	Adrianópolis			
	7	Tunas do Paraná	17	Marquês de Abrantes	
V Foro Regional de Campina Grande do Sul	8	Campina Grande do Sul	18	Paiol de Baixo	
	9	Quatro Barras	19	Borda do Campo	
			20	Jardim Paulista	
VI Foro Regional de Campo Largo	10	Campo Largo	21	Três Córregos	
			22	Ferraria	
			23	Bateias	
	11	Balsa Nova	24	São Luiz do Purunã	
VII Foro Regional de Colombo	12	Colombo	25	Guaraituba	
			26	Roça Grande	
VIII Foro Regional de Fazenda Rio Grande	13	Fazenda Rio Grande			
	14	Mandirituba	27	Areia Branca dos Assis	
	15	Agudos do Sul			
IX Foro Regional de Pinhais	16	Pinhais			
X Foro Regional de Piraquara	17	Piraquara			

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIA
COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - COMARCA DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CURITIBA - ANEXO III - TABELA 1

XI Foro Regional de Rio Branco do Sul	18	Rio Branco do Sul		
	19	Itaperuçu		
XII Foro Regional de São José dos Pinhais	20	São José dos Pinhais	28	Cachoeira de São José
			29	Campo Largo da Roseira
			30	Colônia Murici
			31	Borda do Campo de São Sebastião
			32	São Marcos
	21	Tijucas do Sul		

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIA
COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - DEMAIS COMARCAS - ANEXOS III -
TABELA 2

Nº	COMARCA	Nº	Sede/Serviço Distrital Município	Nº	Serviço Distrital Não Município
68	Lapa	210	Lapa	100	Água Azul
		211	Contenda	101	Catanduva do Sul

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRA-JUDICIAL POR COMARCA
ANEXO IV

ANDIRÁ - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial

Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

Juizado Especial Cível e Criminal.

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público.

FORO EXTRAJUDICIAL

Tabelionato de notas, acumulando precariamente o Tabelionato de protesto de títulos

Serviço de registro de imóveis.

Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando precariamente o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas.

SERVIÇO DISTRITAL

Serviço distrital de Barra do Jacaré.

Serviço distrital de Itambaracá.

ASTORGA - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial

Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

Juizado Especial Cível e Criminal.

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público.

FORO EXTRAJUDICIAL

Tabelionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protesto de títulos.

1º Serviço de registro de imóveis, acumulando, precariamente, o Serviço de registro civil das pessoas naturais e o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas.

2º Serviço de registro de imóveis.

SERVIÇO DISTRITAL

Serviço distrital de Flórida

Serviço distrital de Santa Fé

Serviço distrital de Munhoz de Mello

Serviço distrital de Iguaçu

Serviço distrital de Ângulo

Serviço distrital de Içara

Serviço distrital de Tupinambá.

CHOPINZINHO - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

Juizado Especial Cível e Criminal.

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público.

FORO EXTRAJUDICIAL

Tabelionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protesto de títulos.

Serviço de registro de imóveis, acumulando, precariamente, o Serviço de registro civil das pessoas naturais e o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas.

SERVIÇO DISTRITAL

Serviço distrital de Sulina

Serviço distrital de São João

Serviço distrital de Saudade do Iguaçu

Serviço distrital de Vila Paraíso. (1)

LAPA - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

Juizado Especial Cível e Criminal.

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público.

FORO EXTRAJUDICIAL

Tabelionato de notas, acumulando precariamente o Tabelionato de protesto de títulos.

Serviço de registro de imóveis

Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando precariamente o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas.

SERVIÇO DISTRITAL

Serviço distrital de Contenda

Serviço distrital de Água Azul

Serviço distrital de Catanduva do Sul

SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

Juizado Especial Cível e Criminal.

Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público.

FORO EXTRAJUDICIAL

Tabelionato de notas

Tabelionato de protesto de títulos

Serviço de registro de imóveis

Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas.

SERVIÇO DISTRITAL

Serviço distrital de Pranchita

Serviço distrital de Pinhal de São Bento

Serviço distrital de São Pedro do Florido.

(1) Serventia para extinguir na vacância.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
MAGISTRATURA ESTADUAL - ANEXO V

COMARCA/ FORO	ENTRÂN- CIA	Desembargador	Juiz do Tribunal de Alçada	Juiz de Direito Substitui- to em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substi- tuto	Juiz Substituto	Total
Andirá	Interm.				2			1	3
Astorga	Interm.				2				2
Chopinzinho	Interm.				2				2
Lapa	Interm.				2	1		1	4

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
MAGISTRATURA ESTADUAL - ANEXO V

COMARCA/ FORO	ENTRÂN- CIA	Desembargador	Juiz do Tribunal de Alçada	Juiz de Direito Substitu- to em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substi- tuto	Juiz Substituto	Total
Sto. Antonio do Sudoeste	Interm.				2				2

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
CARGOS DO FORO JUDICIAL - ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA
ANEXO VI - TABELA 3

	Escrivania Cível (*)	Escrivania Criminal	Escrivania de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial	Escrivania da Infância e da Juventude	Oficial de Justiça	Aux. de Cartório Criminal
Andirá	1	1			4	1
Astorga	1	1			4	1
Chopinzinho	1	1			4	1
Lapa	1	1			4	1
Sto. Antonio do Sudoeste	1	1			4	1

COMARCAS	Auxiliar de Cartório da Infância e da Juventude	Comiss. de Vigilância da Infância e da Juventude	Auxiliar Administra- tivo Criminal	Auxiliar Administra- tivo da Infân- cia e da Juventude	Ofício de Distri- buidor, Conta- dor, Partidor, Avaliador Judi- cial e Depositário Público (*)	Agente de Limpeza	Total
Andirá			2		1	1	11
Astorga			2		1	1	11
Chopinzinho			2		1	1	11
Lapa			2		1	1	11
Sto. Antonio do Sudoeste			2		1	1	11

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - ANEXO VII

COMARCAS	Juiz de Direito do Juizado Especial Cível	Juiz de Direito do Juizado Especial Criminal	Juiz de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal	Secretário do Juizado Especial Cível	Secretário do Juizado Especial Criminal
----------	---	--	--	--	---

Andirá	1	1
Astorga	1	1
Chopinzinho	1	1
Lapa		
Santo Antonio do Sudoeste	1	1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DO FORO JUDICIAL POR COMARCA - ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA - TABELA 4

	Escrivania Cível (*)	Escrivania Criminal	Escrivania de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial	Escrivania da Infância e da Juventude	Oficial de Justiça	Auxiliar de Cartório Criminal
Andirá					2	
Astorga					2	
Chopinzinho					2	
Lapa					2	
Sto. Antonio do Sudoeste					2	

Comarcas	Aux. de Cart. da Infância e da Juvent.	Comiss. de Vigilância da Infância e da Juvent.	Aux. Admin-istr. Criminal	Auxiliar Administr. da Infância e da Juvent.	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador Judicial e Depositário Público (*)	Agente de Limpeza	Total
Andirá							2
Astorga							2
Chopinzinho			1				3
Lapa							2
Sto. Antonio do Sudoeste							2

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DO FORO JUDICIAL POR COMARCA - ENTRÂNCIA INICIAL - TABELA 5

COMARCA	Escrivania Cível (*)	Escrivania Criminal	Auxiliar de Cartório Criminal	Oficial de Justiça	Auxiliar Administr. Criminal	Agente de Limpeza	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador Judicial e Depositário Público (*)	Total
Alto Paraná					1			1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DO FORO JUDICIAL POR COMARCA - ENTRÂNCIA INICIAL - TABELA 5

Alto Piquiri					1			1
Altônia					1			1
Andirá	Comarca elevada a entrância Intermediária							0
Antonina					1			1
Arapoti					1	1		2
Barbosa Ferraz					1			1
Barracão					1			1
Bocaiúva do Sul	Transferida para Comarca da Região Metropolitana de Curitiba							
Cambará					1			1
Campina da Lagoa					1			1
Campina Grande do Sul	Transferida para Comarca da Região Metropolitana de Curitiba							
Cândido de Abreu					1			1
Cantagalo					1			1
Capitão Leônidas Marques					1			1
Carlópolis					1			1
Catanduvas					1			1
Centenário do Sul					1			1
Cerro Azul					1			1
Chopinzinho	Comarca elevada a entrância intermediária							0
Cidade Gaúcha					1			1
Clevelândia					1			1
Congonhinhas					1			1
Conbélia					1			1
Coronel Vivida					1			1
Curiúva					1			1
Engenheiro Beltrão					1			1
Faxinal					1			1
Fazenda Rio Grande	Transferida para Comarca da Região Meteropolitana de Curitiba							
Formosa do Oeste					1			1
Grandes Rios				- 1 (A)	1			0
Guaraniaçu					1			1
Guaratuba	Comarca elevada a entrância intermediária							0
Icaraíma					1	1		2

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DO FORO JUDICIAL POR COMARCA - ENTRÂNCIA INICIAL - TABELA 5

Imbituva					1			1
Ipiranga					1			1
Iporã					1			1
Iretama					1			1
Jaguapitã					1			1
Jaguariaíva				-1 (A)	1			1
Jandaia do Sul					1			1
Joaquim Távora					1			1
Mallet					1			1
Mamborê					1			1
Mandaguaçu					1			1
Mandaguan					1			1
Mangueirinha					1	1		2
Manoel Ribas					1			1
Marilândia do Sul					1			1
Matelândia					1			1
Matinhos	Comarca elevada a entrância intermediária							0
Morretes					1			1
Nova Fátima								1
Nova Londrina					1			1
Ortigueira					1	1		2
Palmeira					1			1
Palmital					1			1
Paraíso do Norte					1			1
Paranacity					1			1
Pérola					1			1
Pinhão					1			1
Piraí do Sul					1			1
Primeiro de Maio					1			1
Prudentópolis					1			1
Quedas do Iguaçu					1			1
Realeza					1			1
Rebouças					1			1
Reserva					1			1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DO FORO JUDICIAL POR COMARCA - ENTRÂNCIA INICIAL - TABELA 5

Ribeirão Claro					1			1
Ribeirão do Pinhal					1			1
Salto do Lontra					1			1
Santa Helena					1			1
Santa Izabel do Ivaí					1			1
Santa Mariana					1			1
São Jerônimo da Serra					1			1
São João do Ivaí					1			1
São João do Triunfo					1			1
São Mateus do Sul	Comaraca elevada a entrância intermediária							0
São Miguel do Iguaçu					1			1
Sarandi	Comarca elevada a entrância intermediária							0
Sengés					1			1
Sertanópolis				-1 (A)	1			0
Siqueira Campos					1			1
Teixeira Soares					1			1
Terra Boa					1	1		2
Terra Rica					1			1
Terra Roxa					1			1
Tibagi					1			1
Tomazina					1			1
Ubiratã					1			1
Uraí					1			1
Xambrê				1	1			2
Total Geral	0	0	1	-3	83	5	0	86
(*) Cargos não remunerados pelos Cofres Públicos								
(A) Cargos de Oficial de Justiça, transformados pela Lei Estadual nº 11.719/97 que serão extintos na vigência desta Lei.								

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Atendendo às exigências previstas nos artigos 16 e 17 e parágrafos da Lei Complementar 101/2000, o impacto orçamentário-financeiro dos gastos decorrentes da criação dos cargos do presente anteprojeto de lei, fica demonstrado conforme anexo.

A criação de cargos que se propõe, está prevista na proposta orçamentária para o exercício financeiro 2004.

O limite para despesa de pessoal estabelecido no artigo 20, inciso II, letra b da referida lei complementar, definido em 6% (seis por cento) para o Poder Judiciário, não será desrespeitado, visto que a Receita Corrente Líquida prevista para o exercício financeiro 2004 demonstra que o cálculo do referido percentual excede até a dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Seguem os demonstrativos.

**LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Administração Financeira do Estado

CÁLCULO DA RECEITA LÍQUIDA GLOBAL 2004

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$1,00
RECEITA CORRENTE BRUTA DO TESOUREO	12.440.312.000
(-) DEDUÇÕES	3.240.532.000
Transferências Constitucionais Legais	2.132.813.000
Contribuição ao Plano Seg. Social do Servidor	86.914.000
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF	1.014.044.000
Prestação de Serviço Intragovernamental	521.000
Rec. Ind. e Editor e Gráfica Intragovernamental	6.240.000
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA GLOBAL	9.199.780.000
6% = R\$551.986.800,00	
Dotação do Poder Judiciário na Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2004 = R\$493.704.130,00	

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DECLARAÇÃO**

do anteprojeto anexo, estão contempladas na lei orçamentária do exercício financeiro de 2004 e no Plano Plurianual 2004/2007.

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes

Curitiba, 03.08.2004.
(a) Des. OTO LUIZ SPONHOLZ
Presidente

**CUSTO DA CRIAÇÃO DE CARGOS DO FORO JUDICIAL
ELEVÇÃO DA COMARCA DE ENTRÂNCIA INICIAL PARA ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA
CRIAÇÃO DE VARA CRIMINAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA
CHOPINZINHO**

CARGO	QTDE.	VALOR P/ CARGO	CUSTO MENSAL	RISCO DE VIDA	%	TERÇO FÉRIAS	Nº MESES	CUSTO ANUAL
Juiz de Direito - # -	1	988,60	988,60	0,00	66,66%	659,00	13	13.510,80
Escrivão do Cível - # -	1	396,47	396,47	0,00	33,33%	132,14	13	5.286,25
Oficial de Justiça - # -	2	94,67	189,34	63,11	33,33%	84,14	13	3.365,95
Auxiliar de Cartório - #-	1	108,60	108,60	36,20	33,33%	48,26	13	1.930,61
Ofício Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público - #	1	48,84	48,84	16,28	33,33%	21,70	13	868,24
Agente de Limpeza - # -	1	77,33	77,33	25,77	33,33%	34,36	13	1.374,72
TOTAL DIFERENÇA	7	0,00	1.809,18	141,36	-	979,61	13	26.336,58

CUSTO DA CRIAÇÃO DE CARGOS DO FORO JUDICIAL
ELEVAÇÃO DA COMARCA DE ENTRÂNCIA INICIAL PARA ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA
CRIAÇÃO DE VARA CRIMINAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA
CHOPINZINHO

CARGO	QTDE.	VALOR P/ CARGO	CUSTO MENSAL	RISCO DE VIDA	%	TERÇO FÉRIAS	Nº MESES	CUSTO ANUAL
CRIAÇÃO DE CARGOS								
Juiz de Direito	1	9.885,94	9.885,94	0,00	66,66%	6.589,97	13	135.107,19
Oficial de Justiça	2	1.510,36	3.020,72	1.006,81	33,33%	1.342,37	13	53.700,21
Auxiliar Admin. Crimi- nal	1	762,03	762,03	0,00	33,33%	253,98	13	10.160,37
TOTAL CARGOS CRIADOS	4	0,00	13.668,69	1.006,81	-	8.186,33	13	198.967,77
TOTAL GERAL	225.304,35							

CUSTO DA CRIAÇÃO DE CARGOS DO FORO JUDICIAL
ELEVAÇÃO DA COMARCA DE ENTRÂNCIA INICIAL PARA ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA
ANDIRÁ

CARGO	QTDE.	VALOR P/ CARGO	CUSTO MENSAL	RISCO DE VIDA	%	TERÇO FÉRIAS	Nº MESES	CUSTO ANUAL
Juiz de Direito - # -	1	978,81	978,81	0,00	66,66%	652,47	13	13.377,00
Escrivão do Cível - # -	1	396,47	396,47	0,00	33,33%	132,14	13	5.286,25
Oficial de Justiça - # -	2	94,67	189,34	63,11	33,33%	84,14	13	3.365,95
Auxiliar de Cartório - # -	1	108,60	108,60	36,20	33,33%	48,26	13	1.930,61
Auxiliar Administr. - # -	1	15,15	15,15	0,00	33,33%	5,05	13	202,00
Agente de Limpeza - # -	1	77,33	77,33	25,77	33,33%	34,36	13	1.374,72
TOTAL DIFERENÇA	7	0,00	1.765,70	125,08	-	956,43	13	25.536,54
CRIAÇÃO DE CARGOS								
Juiz de Direito	1	9.788,08	9.788,08	0,00	66,66%	6.524,73	13	133.769,77
Escrivão do Cível	1	2.233,69	2.233,69	0,00	33,33%	744,49	13	29.782,46
Oficial de Justiça	2	1.510,36	3.020,72	1.006,81	33,33%	1.342,37	13	53.700,21
Auxiliar de Cartório								
Cível	1	1.327,39	1.327,39	442,42	33,33%	589,88	13	23.597,40
Auxiliar Admin. Cível	2	762,03	1.524,06	0,00	33,33%	507,97	13	20.320,75
TOTAL CRIAÇÃO CODJ	7	0,00	17.893,94	1.449,23	-	9.709,44	13	261.170,59
TOTAL GERAL	286.707,13							

**CUSTO DA CRIAÇÃO DE VARA CRIMINAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA
ASTORGA**

CARGO	QTDE.	VALOR P/ CARGO	CUSTO MENSAL	RISCO DE VIDA	%	TERÇO FÉRIAS	Nº MESES	CUSTO ANUAL
Juiz de Direito	1	9.885,94	9.885,94	0,00	66,66%	6.589,97	13	135.107,19
Oficial de Justiça	2	1.510,36	3.020,72	1.006,81	33,33%	1.342,37	13	53.700,21
SUBTOTAL	3	0,00	12.906,66	1.006,81	33,33%	7.932,34	13	188.807,40
TOTAL GERAL	188.807,40							

**CUSTO DA CRIAÇÃO DE VARA CRIMINAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E FAMÍLIA
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE**

CARGO	QTDE.	VALOR P/ CARGO	CUSTO MENSAL	RISCO DE VIDA	%	TERÇO FÉRIAS	Nº MESES	CUSTO ANUAL
Juiz de Direito	1	9.788,05	9.788,05	0,00	66,66%	6.524,71	13	133.769,36
Oficial de Justiça	2	1.510,36	3.020,72	1.006,81	33,33%	1.342,37	13	53.700,21
SUBTOTAL	3	0,00	12.808,77	1.006,81	33,33%	7.867,09	13	187.469,58
TOTAL GERAL	187.469,58							

**CUSTO DA CRIAÇÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA
LAPA**

CARGO	QTDE.	VALOR P/ CARGO	CUSTO MENSAL	RISCO DE VIDA	%	TERÇO FÉRIAS	Nº MESES	CUSTO ANUAL
Oficial de Justiça	2	1.510,36	3.020,72	1.006,81	33,33%	1.342,37	13	53.700,21
SUBTOTAL	2	0,00	3.020,72	1.006,81	33,33%	1.342,37	13	53.700,21
TOTAL GERAL	53.700,21							

OFÍCIO Nº 869/2004-GP

Curitiba, 03.08.2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para apreciação por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso

anteprojeto de lei, acompanhado da respectiva justificativa, que altera dispositivos da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. Corrige erro material e adota outras providências.

Certo de que a proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e consideração.

(a) OTO LUIZ SPONHOLZ

Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 291/2004

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Judiciário, estabelece várias correções de erro material disponível da Lei 14.277, de 30 de dezembro de 2003, Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná.

Voto do Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Chefe do Poder Judiciário, estando portando presente o princípio da admissibilidade.

Já quanto a técnica legislativa, há de se modificar o artigo 10 do projeto de lei em apreço. Até a edição da Lei Complementar nº 95, de 1998, (art.9º) a cláusula de revogação podia ser específica ou geral. Desde então, no entanto, admite-se somente a cláusula de revogação específica. Assim, atualmente é incorreto o uso de cláusula revogatória como a constante no artigo 3º do projeto de lei em análise.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei na forma da emenda modificativa.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(a) HERMES FONSECA -Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 291/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera dispositivos da Lei nº 14.277, 30.12.2003, Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, corrige erro material da referida lei e adota outras providências.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

Conclusão

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento

Interno desta Casa de Leis, não encontrou nenhum obstáculo quanto à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável do Projeto de Lei nº 291/2004.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA
AO PROJETO DE LEI Nº 291/2004

Art. 1º - Modifica o artigo 10 do Projeto de Lei nº 291/2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Comissões, em 10.10.2004.

(a) HERMES FONSECA - Presidente e Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/2004, de autoria dos Deputados Antonio Anibelli e Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a proceder à reversão, ao patrimônio do Município de Marechal Cândido Rondon, da doação dos imóveis urbanos nºs 12, 13, parte dos números 11, 17, 18 e parte do nº 16 da quadra 281, localizados no loteamento “O Espigão”. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF.. **Aprovado. (Publ. no DA nº 076/2004, de 30/08/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 325/2004

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei autoria dos Deputados Antonio Anibelli e Ademir Bier, acompanhado da inclusa justificação e documentação, tem como proposta autorizar o Poder Executivo a proceder à reversão, ao patrimônio do Município de Marechal Cândido Rondon, da doação dos imóveis urbanos nºs 12, 13, parte dos números 11, 17, 18 e parte do nº 16 da quadra 281, localizados no loteamento “O Espigão”.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, somos pelo parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 325/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Antonio Anibelli e Ademir Bier, objetiva doação dos

imóveis urbanos nºs 12, 13, parte dos números 11, 17, 18 e parte do nº 16 da quadra 281, localizados no loteamento “O Espigão”.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

Conclusão

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontrou nenhum obstáculo quanto à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 325/2004.

Sala das Comissões, em 19.10.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1652, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1653 a 1655, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1658 a 1662, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1663, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1664, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1665, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa

Requerimento nº 1666, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1667, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa

Requerimento nº 1668, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 184, 291 e 325/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 339, 348 e 352/2004.

Lervanta-se a Sessão